

CIBEC/INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL



B0007929

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO
SOBRE POLÍTICA E
PLANEJAMENTO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA**

014.542
71r

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
João Baptista Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

2 a 4/7 de 1979

Secretário-Geral

— João Guilherme de Aragão
Presidente do Seminário

Sub secretário-Geral

— Marcello Márcio de Medeiros Arcoverde
Vice-Presidente do Seminário

Secretário de Planejamento

— Antenor Manoel Napolini
Coordenador do Seminário

B823r Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral.
Relatório do seminário sobre política e planejamento da
educação e cultura. Brasília, MEC/DDD, 1979.


112 p.

1. Planejamento Educacional. I. Brasil. Ministério da Educa-
ção e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação.
II. Título.

CDU.37.014.5

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL**

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO
SOBRE POLÍTICA E
PLANEJAMENTO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA**

 **Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF – 1979**

Comissão Consultiva

- Assessor Especial do Ministro da Educação e Cultura
- Pedro Demo Subsecretários de Planejamento:
 - Secretaria de Apoio — Hamilton Martins Silveira
 - Secretaria de Assuntos Culturais — Moema de Jesus Facuri Neves
 - Secretaria de Ensino de 1ª e 2ª Graus — José Amaral Sobrinho
 - Secretaria de Ensino Superior — Tarcísio Guido Delia Senta
 - Secretaria de Educação Física e Desportos — César Augusto Gonçalves

Comissão Central

- Assessores da Secretaria-Geral
- Ângela Maria da Silva e Souza
 - Edil Vasconcellos de Paiva
 - Eliana Ramos Barbosa
 - Iara Maria de Almeida Marques
 - Lygia Souto de Azambuja
 - Ruth Helena Mallen Machado de Souza

SECRETARIA-GERAL
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 4º andar
Uma edição do DDD/MEC
Impressa na gráfica Uberaba-MG/Brasil

SUMARIO

Apresentação	7
I - Objetivos	9
II - Tema	10
III — Participantes	11
IV — Local e Período de Realização	12
V — Agenda dos Trabalhos	13
VI — Sistemática de Trabalho	15
VII — Abertura: Pronunciamento do Ministro da Educação e Cultura	17
VIII — Primeira Sessão	19
1. Apresentações em Plenário	19
2. Comunicações em Plenário	27
IX — Segunda e Terceira Sessões	28
1. Composição dos Grupos de Trabalho	28
2. Sugestão de Roteiro para Discussão nos Grupos de Trabalho	29
3. Conclusões dos Grupos de Trabalho e Conclusão a Nível Regional	29
4. Conclusões a Nível Nacional.....	63
5. Debate em Plenário	66
X — Encerramento	67
Pronunciamento do Secretário-Geral do Ministério da Educação e	
Cultura	67
XI - Avaliação	68
Apêndice	79

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria-Geral, realizou, no período de 2 a 4 de julho de 1979, em Brasília, o Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura.

O Seminário foi desenvolvido objetivando obter subsídios à proposição de uma Política Nacional da Educação e Cultura para o período 1980—1985. Com esta atividade, deu-se início a um processo descentralizado de planejamento educacional, a partir da interação entre os níveis de administração federal e estadual. Dessa interação resultou a identificação de problemas e proposição de diretrizes quanto à Educação Pré-Escolar, ao Ensino de 1º e 2º Graus, ao Ensino Superior, ao Ensino Supletivo, à Educação Especial, à Cultura, à Educação Física e Desportos apresentados a nível regional e, posteriormente, compatibilizados a nível nacional.

Este relatório procura documentar a quase totalidade dos trabalhos desenvolvidos, constituindo-se em instrumento de referência, tendo em vista a continuidade do processo descentralizado de um planejamento educacional participativo.

I. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Obter subsídios à proposição de uma política nacional da educação e cultura para o período 1980-1985.

Objetivos Específicos

- Identificar as necessidades específicas de cada região e unidade federada na área da educação e cultura.
- Propor diretrizes para o planejamento nacional da educação e cultura, considerando as peculiaridades regionais.
- Iniciar um processo descentralizado de planejamento da educação e cultura.

"Política e Planejamento da Educação e Cultura".

II. TEMA

III. PARTICIPANTES

— **Caracterização**

- Secretários de Educação e Cultura
- Secretários de Educação
- Secretários de Cultura
- Assessores das Secretarias das Unidades Federadas
- Representantes das Superintendências Regionais de Desenvolvimento
- Secretários dos Órgãos Centrais de Direção Superior do MEC
- Subsecretários de Planejamento dos Órgãos Centrais de Direção Superior do MEC
- Assessores do MEC.

— **Número de Participantes**

O Seminário contou com 140 participantes, sendo 87 oriundos de Secretarias de Educação e Cultura das Unidades Federadas; 6 representantes das Superintendências; 39 representantes do MEC e 6 do CNRH/IPEA.

Contou, ainda, com a participação de 2 representantes de entidades internacionais - OEA e UNESCO.

IV. LOCAL E PERIODO DE REALIZAÇÃO

O Seminário realizou-se em Brasília-Distrito Federal, no período de 2 a 4 de julho de 1979.

V - AGENDA DOS TRABALHOS

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
2/7	9h às 12h e 14h às 15h	Inscrição e distribuição de material	Comissão Central
	15h às 15h30min	Abertura	Ministro da Educação e Cultura
	15h 30min às 16h 30min	Apresentação: <ul style="list-style-type: none"> • da nova sistemática de programação do MEC • do documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação" • da sistemática de trabalho do Seminário 	Presidente do Seminário Coordenador do Seminário Assessor Especial do Ministro Coordenador do Seminário
	17h às 19h (20 min para cada apresentação)	Comunicações	Secretário de Assuntos Culturais Secretário de Apoio Secretário de Ensino Superior Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus Secretário de Educação Física e Desportos

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
3/7	9h às 10h30min	Trabalho de Grupo: • discussões com base no documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação"	Participantes dos Grupos
	10h45 min às 12h	Continuação dos trabalhos de grupo	Participantes dos Grupos
	14h às 16h	Continuação dos trabalhos de grupo	Participantes dos Grupos
	16h15min às 17h30min	Continuação dos trabalhos e elaboração das conclusões dos Grupos de Trabalho	Coordenadores e Relatores dos Grupos
	17h30min às 18h30min	Compatibilização das conclusões por região	Coordenadores e Relatores dos Grupos
4/7	9h às 10h30min (15 min para cada grupo)	Sessão Plenária: • Apresentação das conclusões por região	Presidente do Seminário Coordenador do Seminário Comissão Consultiva e Relatores dos Grupos
	10h45min às 12h	Sessão Plenária: Debate das conclusões	Presidente do Seminário Coordenador do Seminário Comissão Consultiva e Coordenadores e Relatores dos Grupos
	14h às 15h30min	Reunião de Coordenadores e Relatores de Grupos para compatibilização das diretrizes a nível nacional	Coordenadores e Relatores dos Grupos
	15h45min às 18h	Sessão Plenária: Apresentação e aprovação das conclusões	Presidente do Seminário Coordenador do Seminário Comissão Consultiva e Relator do Grupo
	18h	Encerramento	Secretário-Geral

VI. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

Quanto ao Tema

— O documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação", encaminhado previamente aos participantes, constituiu-se em instrumento básico dos trabalhos desenvolvidos no Seminário.

— O tema foi objeto de breve apresentação em plenário, focalizando-se os aspectos históricos do documento.

— As discussões, em maior profundidade, processaram-se nos trabalhos de grupo, conduzindo às conclusões levadas a plenário.

Quanto ao Trabalho de Grupo

— Organização dos Grupos:

Para a discussão do tema, integraram os grupos, como participantes:

Secretários de Educação e Cultura

Secretários de Educação

Secretários de Cultura

Assessores dos Secretários

Representantes das Superintendências

Assessores do CNRH/IPEA

Assessores do MEC.

— Dinâmica dos Grupos

- Para o desenvolvimento dos trabalhos, os participantes escolheram, dentre os Secretários de Educação e Cultura das unidades federadas, um coordenador e um relator.
- Objetivando facilitar o estudo do assunto e conduzir à elaboração das conclusões, foi oferecida aos grupos uma sugestão de roteiro para discussão.
- As conclusões dos trabalhos de grupo foram compatibilizadas, nos níveis regional e nacional, pelos coordenadores e relatores.

— Foram definidas como funções do coordenador:

- reportar-se aos objetivos do Seminário e dirigir a discussão centrada no tema, equacionando o tempo destinado a cada uma das fases do trabalho;

- promover condições para o alcance dos objetivos e cumprimento das diretrizes fixadas para o trabalho de grupo;
- solicitar a participação de cada membro do grupo, estimular a apresentação de novas informações quando necessário;
- colaborar, com o grupo, na formulação de conclusões objetivas.

— Foram definidas como funções do relator:

- registrar e apresentar ao grupo, em momentos estratégicos, os aspectos significativos, colaborando na compatibilização dos aspectos analisados e realização das sínteses necessárias;
- registrar as conclusões finais do grupo e apresentá-las em plenário.

Quanto à Comissão Consultiva

— Integraram a comissão consultiva:

- Assessor Especial do Ministro da Educação e Cultura
- Subsecretários de Planejamento:
 - Secretaria de Apoio
 - Secretaria de Assuntos Culturais
 - Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
 - Secretaria de Ensino Superior
 - Secretaria de Educação Física e Desportos.

— Foram definidas como funções da comissão consultiva:

- aprovar a programação do Seminário;
- acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, propondo reformulação, caso necessário;
- atender às solicitações referentes à sua área de competência;
- participar das sessões plenárias.

Quanto à Comissão Central

— Integraram a comissão central:

- Assessores de Planejamento da Secretaria-Geral.

— Foram definidas como funções da comissão central:

- apoiar técnica e administrativamente o desenvolvimento do Seminário;
- facilitar a comunicação com a comissão consultiva.

Pronunciamento do Senhor Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella

Meus Colegas de todo o Brasil,

Na verdade, não estamos promovendo um primeiro encontro; estamos prosseguindo, já preexiste, em cada um de nós, a idéia do encontro, ou seja, a idéia de procurarmos, juntos, caminhos que nos conduzam a um reequacionamento da educação e da cultura no Brasil. Por isso, há alguma coisa de repetição em tudo isso. Ainda há pouco reunimos os Secretários do Nordeste, e alguma coisa já foi dita ou adiantada sobre esta necessidade de caminharmos juntos. Esta vontade permanente, que será um princípio constante de ação do MEC, se funda na conveniência de pensarmos no Brasil do ponto de vista do Brasil, ou seja, pensarmos no Brasil auscultando, tentando colocar-nos à realidade palpante nos seus mínimos movimentos, nos seus mínimos gestos, nos seus gestos mais imperceptíveis, para que possamos, então, elaborar um planejamento que não seja uma fabricação estranha, elaborada friamente nos laboratórios ou nos gabinetes de Brasília.

Brasília corre, ou, a todo instante, nos deixa o risco de isolacionismo, ao mesmo tempo nos dá uma sensação ilusória de paz. Tanto o isolacionismo como a sensação ilusória de paz são sentimentos extremamente perigosos quando queremos planejar na área social. E é por isso que abrimos mão da auto-suficiência metropolitana, para pedir aos Estados que falem; pedir aos Estados que digam, cada um deles, a sua realidade. Temos apenas hipóteses de trabalho. Se Drummond me permitisse, eu até diria que nós temos apenas duas mãos e o sentimento do mundo, de maneira que essa hipótese de trabalho necessitará das indicações concretas de cada Estado e de cada realidade; só aí, então, poderemos montar esquemas de trabalho que não sejam devaneios inteiramente desligados da realidade, mas que traduzam efetivamente as necessidades de cada região do País.

Este encontro, portanto, é um encontro em que a descentralização e a regionalização deverão ser palavras orientadoras. Ele está basicamente voltado para a educação de base, para a educação básica, porque ele tem um compromisso social muito grande, e entende que o Brasil tem um índice de pobreza ainda por vencer, particularmente localizada nas áreas rurais ou nas periferias urbanas, e, certamente, esses dois espaços, o rural e o urbano da periferia, nos indicarão ou ordenarão as nossas prioridades.

É provável que tenhamos que nos voltar, com muita vontade, diga-se de passagem, para um esforço de universalização do 1º grau. O esquema de educação que o

MEC de hoje se propõe é um esquema fundamentalmente voltado para as estruturas básicas, na certeza de que, resolvendo ou encaminhando a solução das estruturas básicas, nós, de alguma maneira, estaremos encaminhando e resolvendo os terceiros e os quartos níveis. Por isso, o nosso esforço é um esforço difícil, ele se realizará de etapas por etapas; ele apresentará um índice de rendimento não muito ostensivo, porque as coisas da educação pedem, de certo modo, paciência, e as coisas da sociedade pedem urgência.

Vamos tentar conciliar a paciência da educação com a urgência da sociedade, e, evidentemente, estamos muito animados, animados porque estamos convencidos de que não estamos sós, que vamos conduzir, conjuntamente, esta tarefa, e que a educação que se processará no espaço mítico da escola receberá, a todo instante, a cooperação constante de uma política cultural extremamente agressiva, que será a educação extra-escolar.

O esforço tem de ser no sentido de ocupar o espaço da escola e de, ao mesmo tempo, cobrir o espaço extra-escolar. Para que tudo isso aconteça, é preciso que tenhamos, a todo instante, a noção da identidade nacional, e essa noção de identidade nacional só é possível mediante uma consciência rigorosamente crítica, uma consciência fundada no debate, uma consciência fundada no diálogo, uma consciência que não seja ou não guarde nenhum amadorismo, mas, pelo contrário, que esteja armada tecnicamente.

É uma consciência derivada de uma visão armada, e ela certamente nos vai apontar para uma realidade extremamente heterogênea.

Vamos concluir que cultura no Brasil é tanto mais cultura quanto mais plural, e o que devemos fazer é preservar este pluralismo, e não, em nenhum instante, sermos tentados pela noção de uniformidade; quando muito procurar a unidade, mas a unidade na diversidade. Por isso, um esquema de educação e cultura que se faça hoje no Brasil tem de compreender este pluralismo congênito da cultura brasileira e do processo cultural brasileiro, e programar-se em função dele. Estou certo de que poderemos conseguir isto conjuntamente, não isoladamente, nem solitariamente, mas num esforço conjunto que será, certamente, produtivo, porque conjunto, e aí neste instante não apenas teremos cumprido as diretrizes do Seminário, como teremos acertado algumas modalidades concretas e operativas, e, também, teremos dado uma contribuição efetiva para a elaboração do III PND.

É neste sentido que o MEC manifesta o seu regozijo, agradece a presença de todos, e diz que está extremamente confiante na jornada que temos pela frente.

Obrigado.

1. Apresentações em Plenário

- a) Apresentação da Sistemática de Programação do Ministério da Educação e Cultura pelo Secretário de Planejamento da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, Antenor Manoel Naspolini.

INTRODUÇÃO

O aperfeiçoamento da sistemática de planejamento do MEC se impõe como medida que visa a um melhor desempenho da ação governamental nas áreas de competência do Ministério.

A necessidade de definição organizacional, no presente momento, inclui, além da adequação parcial da organização administrativa às diretrizes da atual gestão, a redefinição da sistemática de planejamento do Ministério, com base na experiência já adquirida e nos objetivos que se pretende alcançar.

A partir dos estudos já realizados sobre os resultados auferidos e os problemas constatados em decorrência da atual sistemática de programação, caracteriza-se o momento presente como oportuno à adoção de uma nova metodologia de trabalho, tendo-se como ponto de partida a elaboração do PSEC 80—85.

Nos termos do Decreto-Lei nº 200 e legislação específica posterior, a SEG é o órgão central, no Ministério, para as atividades de planejamento e orçamento, cabendo-lhe, portanto, as proposições sobre o assunto, em âmbito ministerial.

Neste sentido, a proposta a seguir busca, de início, definir operacionalmente os diferentes níveis que participam do processo de programação, numa visão global do Ministério; apresenta, em seguida, sugestões de medidas concretas a serem adotadas para solução dos problemas identificados quando da realização do estudo e análise do processo de programação.

SUMÁRIO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA SISTEMÁTICA DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR

A análise do processo de programação, efetuada por técnicos da Secretaria-Geral, evidenciou os seguintes problemas básicos:

- Imprecisão na definição operacional dos diferentes níveis de decisão dos órgãos do MEC para cumprimento de suas funções específicas de coordenação setorial, coordenação subsetorial e de execução da programação, ocasionando:

- superposição das atividades de programação e de acompanhamento dos órgãos nos diferentes níveis da administração;
 - desarticulação na programação, tanto interna, em termos de suas fases — orçamento, programação, avaliação e controle — quanto entre diferentes níveis de ensino;
 - indefinição dos níveis de informações necessárias, correspondentes a cada nível de decisão.
- Excessiva centralização na programação e orçamentação, dificultando o atendimento às necessidades regionais e/ou locais e, conseqüentemente, afetando e direcionando a cooperação técnica e financeira aos Estados.
- Ausência de instrumentos intermediários entre os Planos e os Projetos, que ordenem a programação, fixem critérios para distribuição e aplicação dos recursos e escalonem prioridades.

PROPOSTA DE NOVA SISTEMÁTICA DE PROGRAMAÇÃO

Níveis de Programação Previstos na Proposta

Dentro da visão do sistema de planejamento e dos princípios básicos da administração federal, definidos pelo Decreto-Lei nº 200/67 e pelo Decreto nº 71.353/72, as ações de planejamento do MEC se configuram em 3 níveis distintos: de unidade setorial, unidades subsetoriais e órgãos executores. Assim sendo, à SEG (unidade setorial) caberá coordenar e compatibilizar a programação, bem como avaliar o Plano Setorial. Os Órgãos Centrais de Direção Superior, encarregados das atividades específicas, serão responsáveis pela elaboração e avaliação de Programas, cabendo aos Órgãos Executores a elaboração, execução e avaliação de projetos como unidades menores de operacionalização do PSEC.

Sob esse enfoque, a coordenação merece ênfase na medida em que a execução das ações do MEC deve ser amplamente descentralizada e considerando-se ainda as múltiplas e distintas funções que são atribuídas aos vários órgãos do Ministério.

O planejamento de forma coordenada possibilita a integração, notadamente, entre as diferentes áreas de atuação, níveis e modalidades de ensino, diretrizes e estratégias, componentes educacionais, instrumentos de programação, níveis de decisão.

O quadro a seguir apresenta uma visão esquemática dos níveis de decisão dentro do processo, com seus correspondentes instrumentos e atribuições:

QUADRO Nº 1 - VISÃO ESQUEMÁTICA DOS NÍVEIS DE PROGRAMAÇÃO

	Instrumentos de Programação		Competências das Unidades
	Denominação	Conteúdo	
Secretaria-Geral (Unidade Setorial)	PSEC	<ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes - Prioridades - Objetivos - Estratégias - Metas <p>Aspectos gerais, em âmbito Ministerial*</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Coordena a elaboração do PSEC - Coordena Sistema de Informações - Aprova, compatibiliza e avalia programas, tendo em vista a avaliação do PSEC - Define instrumentos de detalhamento, avaliação e controle de Programas - Coordena elaboração da Proposta Orçamentária - Coordena cooperação técnica
Órgãos Centrais de Direção Superior	Programas	<ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes - Prioridades - Objetivos - Estratégia - Metas (resultados) - Recursos <p>Aspectos específicos por área de atuação do Ministério</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboram programas com participação dos demais órgãos - Coordenam a execução (aprovação, compatibilização, avaliação e controle de projetos), tendo em vista os programas - Prestam cooperação técnica aos Sistemas Estaduais, na elaboração e desenvolvimento dos Planos Estaduais de Educação - Elaboram Proposta Orçamentária - Definem instrumentos de detalhamento, avaliação e controle de projetos
Órgãos Executores (SEC, Entidades Administrativas Indiretas, Entidades Privadas...)	Projetos	<p>Detalhamento da ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboram proposta orçamentária (quando órgão do MEC) - Elaboram projetos (ou PEE) - Montam programação anual para aprovação pelas Secretarias - Executam e avaliam

* Definidos a partir das diretrizes políticas expedidas pelo Ministro de Estado.

Aspectos Básicos da Proposta

Tendo em vista a consecução de uma efetiva coordenação correspondente a cada um dos níveis e em face dos problemas expostos, **considera-se** necessária a adoção das medidas a seguir discriminadas:

Modificação da atual sistemática e do fluxo de programação

O objetivo dessa modificação é criar mecanismos de reforço à coordenação setorial e subsetorial, proporcionando abertura para atendimento às necessidades locais e estaduais e articulando as fases de orçamento e programação física.

Para tanto, são medidas efetivas:

- Constituição de Comissões de Coordenação, em dois níveis:
 - Comissão Setorial
Objetivo: analisar o desenvolvimento, a articulação e o direcionamento dos programas do Ministério, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões que garantam sua compatibilização em termos de política e de processo.
 - Comissões Subsetoriais
Objetivos: garantir uma programação articulada envolvendo toda a atuação da área e fortalecer a coordenação a nível Subsetorial.
- Implantação de um novo fluxo de Programação.

Com base na política definida pelo Ministro de Estado, o Secretário-Geral, com a participação da Comissão Setorial, fixará diretrizes para elaboração do Plano Setorial. De acordo com os órgãos envolvidos em sua área de atuação/coordenação (Comissões Subsetoriais), elaborarão os programas plurianuais. Esses programas, articulados com os Planos Estaduais de Educação, serão analisados, compatibilizados e aprovados pela SEG, completando-se o processo de elaboração do PSEC.

Plano Diretor de Informações

Elaboração do Plano Diretor de Informações, com vistas à integração dos subsistemas de informações estatísticas, gerenciais, documentárias e bibliográficas.

Reuniões

Realização de reuniões sistemáticas de caráter consultivo, entre o MEC, Secretarias de Educação e órgãos regionais.

Objetivos

- Promover a integração entre o planejamento a nível de MEC, Superintendências e SEC.
- Analisar a atuação do **MEC** nos Estados e propor linhas futuras de atuação.

Cooperação Técnica e Assistência Financeira

Novo posicionamento do Ministério no que se refere à assistência financeira e

cooperação técnica aos Sistemas Estaduais, tendo em vista conferir flexibilidade à programação para atendimento de necessidades específicas. Para tal, sugere-se:

- abertura, na sistemática de trabalho do MEC, para atendimento a projetos de iniciativa das SEC, em consonância com os Planos Estaduais de Educação;
- cooperação técnica não estritamente vinculada à assistência financeira, mas voltada para desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, como um todo, considerando cada situação específica;
- coordenação, pela SEG, das atividades de cooperação técnica, para elaboração e desenvolvimento de Planos Estaduais de Educação.

A cooperação técnica caracteriza-se como um processo de interação no qual os técnicos do MEC e dos Estados atuam conjuntamente na consecução de um objetivo comum que é o desenvolvimento dos sistemas estaduais de ensino.

É fundamental a relação recíproca entre os sujeitos que dela participam. Não pode ser unilateral, ainda que, evidentemente, não requeira, nem com frequência contenha uma igual participação de cada uma das partes envolvidas na consecução do objetivo visado. Não se trata, pois, de prestar cooperação a, mas de cooperar com.

A efetivação desse processo exige que os técnicos do MEC e dos Estados que nele estão engajados se ajudem mutuamente e, juntos, cresçam no conhecimento da realidade na qual atuam e desejam transformar.

A ação de cooperação técnica parte das necessidades, interesses e problemas do sistema educacional sobre os quais se desenvolve uma reflexão conjunta e um aprofundamento à luz de conhecimentos científicos aplicáveis, possibilitando uma nova tomada de decisão que realimenta o processo..

As principais características deste modelo são:

- *global e permanente* — uma vez que parte do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação, continuando durante o acompanhamento, avaliação e realimentação do mesmo.
- Desvinculada da assistência financeira.
- *integrada* — partindo do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação, chegando até aos componentes do sistema e valorizando as equipes de planejamento das Secretarias de Educação, a cooperação técnica favorece a integração das ações desenvolvidas pelos setores dessas Secretarias, respeitando a autonomia local e reconhecendo o valor dos grupos técnicos das mesmas.
- *bidirecional* — uma vez que um de seus aspectos fundamentais é a relação recíproca entre os sujeitos que dela participam. O comportamento do MEC, através de seus técnicos, não é o de definir, estabelecer e controlar, mas promover, incentivar, discutir, analisar, ou seja, vivenciar uma interação de aprendizagem.

Podemos, pois, afirmar que a natureza do MEC consiste numa relação técnica e financeira com as unidades federadas e que ele apenas atinge seu objetivo enquanto oferece condições para que as unidades federadas desenvolvam os seus próprios sistemas de ensino.

Trata-se, pois, de fortalecer os sistemas estaduais, cooperando com os mesmos

no sentido de que encontrem as respostas mais adequadas às suas necessidades, interesses e problemas, e não de ditar, do âmbito federal, o que deve ser feito nas diversas unidades federadas, fortalecendo o vínculo de dependência do Estado ao MEC e anulando toda a capacidade de criação e transformação da população local.

- b) Apresentação do documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação", pelo Assessor Especial do Ministro da Educação e Cultura, Pedro Demo.

Caros Colegas presentes,

Não vou tomar muito tempo em termos de comentar o documento, porque ele vai ser objeto de análise efetiva, por todos, durante todo este Seminário. Queria apenas ressaltar algumas coisas que talvez fossem estratégicas.

Em primeiro lugar, trata-se de um documento preliminar e, por isso, levou o nome de subsídio. É um documento feito por muitas mãos, tem muito a cara de colcha de retalhos. Ele procura reunir diretrizes disseminadas pelo próprio Presidente da República, nas várias vezes que se referiu ao assunto, e por outras diretrizes também espalhadas por aí pelo Ministro, e teceu, em torno destas diretrizes, cá e lá, alguns objetivos gerais e objetivos específicos, partindo de problemas considerados importantes.

Embora exista nele alguma estrutura lógica, ele oferece apenas hipóteses de trabalho; portanto, não é um documento ao qual se pede respeito. Muito pelo contrário, é um documento que deve ser duramente submetido à crítica, deve ser complementado. O documento apresenta inúmeras lacunas, tais como ausência de tratamento da área de cultura e de outras áreas. Esse documento deveria servir apenas como motivação para trabalhar, motivação para haver algo em comum a discutir, mas jamais uma diretriz impeditiva. É um documento que esconde, nas entrelinhas, algumas diretrizes fundamentais que gostaria de ressaltar aqui, pelo menos brevemente. Um dos resultados mais importantes deste Seminário deveria ser algum subsídio para a elaboração do III PND. Um tipo de esforço assim se concentra na elaboração de algumas metas gerais dentro de alguns instrumentos principais e partindo de alguns pressupostos teóricos.

Queria aqui ressaltar, brevemente, alguns pressupostos teóricos desse trabalho. Estabelecer prioridades é, no fundo, o que mais define um esforço de fazer diretrizes ou de planejar. Como os programas são sempre demais e os recursos são sempre de menos, é preciso, pelo menos, tentar fazer o mais importante. É necessário, então, arranjar uma fundamentação satisfatória do que seria o mais importante. É claro que, ao estabelecer prioridades, nunca atingimos a esfera de uma exclusividade, como se outras coisas não merecessem atenção. Estabelecer prioridades não tem, na verdade, nada a ver com isto. Estabelecer prioridades significa apenas armar, construir o quadro de referência geral, em que todos os esforços encontram alguma unidade dentro da respectiva diversidade, em cada Secretaria, em cada Órgão específico, seja do MEC, seja das Secretarias Estaduais, seja das Superintendências, etc. Jamais o estabelecimento de prioridades deveria apagar as originalidades, até pelo contrário. Partindo de uma noção de planejamento dentro de recursos muito escassos e de problemas incomensuráveis, é preciso, pelo menos, tentar fazer alguma coisa que tenha, como fundamentação, a relevância do que vamos fazer.

Toda administração também busca, evidentemente, a construção de uma imagem nova. A busca de uma imagem nova também pode cair no exagero de negar a administração passada, o que seria um esforço crítico, porque o dom da inteligência evidentemente não é apenas nosso. Mas é claro que, apesar disso, todo mundo procura estabelecer alternativas, tenta aprender através dos êxitos e fracassos passados, e é o que também vamos fazer neste Seminário.

Dentro deste espírito existe uma busca, pelo menos, de um esforço de educação voltado para o que nós estamos chamando de educação básica. Para chegarmos a isto, basta comentar alguns dados importantes sobre a realidade que temos no País. Estamos ainda muito distantes da capacidade de universalizar o 1º grau, e, mais que isso, reconhecemos que não aconteceria dentro do sistema formal de ensino.

Todos sabem que cerca de 25% da população escolarizável não entra no sistema. Existe, ainda, um número bastante grande de analfabetos, que, se medidos com rigor, não estariam, certamente, abaixo dos 20% sobre a população acima de quinze anos. Ao lado disso, continuam as altas taxas de evasão e repetência na 1ª série do 1º grau, o que demonstra a impotência da educação em corrigir efeitos da pobreza.

A própria pequena representatividade do 2º grau (apenas 6% ou 7% neste nível, em 1976, para pessoas acima de 15 anos) mostra a incrível mortalidade da população estudantil dentro do sistema que muito mais seleciona do que educa. A grande demanda pelo supletivo se constitui na pungente crítica à educação formal, divorciada das características da população pobre e fortemente propensa a reprimi-la.

Cerca de 25% dos professores de 1º grau não são titulados. O pré-escolar, reconhecido como de extrema importância para o aproveitamento escolar posterior, continua sendo privilégio de famílias abastadas. A média de dias com atendimento de merenda escolar estaria em apenas 141 dias por ano, e assim por diante.

Esta visão dos fatos sugere que, entre os maiores problemas da educação, estão os da educação básica, da educação fundamental. Então, aqui se tentaria estabelecer, de alguma maneira, o compromisso com a pobreza, ou seja, o de montar uma educação capaz de reduzir a pobreza. Neste sentido, faríamos uma ilação que acho extremamente importante, com todo o aparato montado de política social. Educação, na verdade, é apenas um dos esforços dentro de um complexo muito grande chamado política social, que se propõe a reduzir as desigualdades sociais do País, ou, pelo menos, não agravá-las. É necessário perceber que a educação, isoladamente, como fenômeno apenas setorial, tem um impacto muito pequeno, às vezes até secundário, e, em muitos casos, possivelmente negativo. A educação tem que se associar ao complexo de outras variáveis, ao qual ela faz eco, e, neste eco, ela ganha a mesma altura das outras variáveis, senão ela se perde no assistencialismo típico de uma política social que apenas ataca os sintomas.

Para dar um exemplo, a visão tradicional de educação como preparadora de recursos humanos é uma visão bastante difícil, hoje em dia, de ser sustentada, pelo menos com a força de décadas passadas, porque, como preparadora de recursos humanos, ela simplesmente é muito mais um negócio para os empregadores do que para o educando.

A educação não tem condições, sozinha, de diminuir a abundância da mão-de-obra, de mudar a estrutura produtiva do País, de criar empregos e de corrigir efeitos da pobreza. Podemos tomar o caso típico do pré-escolar. Não há educação que cure o cérebro lesado pela subnutrição, quer dizer, o problema da educação básica não é primeiramente pedagógico. O problema da educação básica está muito mais em va-

riáveis do tipo redistribuição de renda, reformulação do mercado de trabalho, condições de emprego e renda para as famílias pobres. Tomando outro exemplo, o problema do menor abandonado também não é, em primeiro lugar, pedagógico. Se não consertarmos a estrutura de renda e de emprego dessas famílias, eles continuarão a ser gerados, porque é lá que se constitui o problema e não ao nível do próprio menor abandonado, que é simplesmente uma consequência.

Por isso, é importante tentarmos perceber a educação dentro do complexo de política social, onde ela recuperaria a sua importância no conjunto de variáveis que concorre para o desenvolvimento do País e, conseqüentemente, também para a redução da pobreza. Dentro desta ótica de política social que se imagina comprometida em reduzir as desigualdades sociais, evidentemente que a educação também pode participar. A educação tem um papel relevante; ela poderia ser extremamente valorizada na ótica de participação, na ótica mais propriamente política, que acho mais importante que a ótica de preparação dos recursos humanos e de todos os outros efeitos pedagógicos. Se tomarmos alguma luz possível de países avançados, o processo de redução das desigualdades ou o projeto de uma sociedade menos desigual foi muito mais um resultado da capacidade de participação das pessoas do que uma dádiva do Estado ou de níveis de educação.

A educação poderia tentar refletir esse tipo de problema, ainda que estejamos apenas nos albores de uma abertura; mas até onde fosse possível seria interessante tentar recuperar toda essa dimensão participativa, o que coincidiria com as idéias importantes, hoje em dia, de que essa educação básica tem que ser feita dentro dos valores da comunidade ou com a capacidade de a própria comunidade gerar suas demandas e suas ofertas, e não dentro de um planejamento de cima para baixo.

Se imaginarmos uma educação comprometida com a pobreza, então ficaria mais ou menos clara a perspectiva, muitas vezes lançada aqui, de que nós enfrentaríamos dois blocos mais importantes do problema. Um seria o problema da educação rural, outro seria o problema da educação das periferias urbanas, exatamente os dois lugares onde se concentram os maiores índices de pobreza do País.

Evidentemente, não vou aqui me alongar, mesmo porque não sou especialista nesta área. O que seria educação rural, o que seria educação nas periferias urbanas, serão temas para intenso debate. Deveríamos sempre colocar aí ingredientes importantes de educação, que fazem eco também às outras variáveis econômicas e sociais. Devemos trabalhar juntos com projetos integrados, porque não adianta, apenas, ter noção de leitura, ter noções culturais, ter uma preparação para o trabalho, se o mercado de trabalho não gera empregos, se a economia não estiver voltada para as necessidades básicas da grande maioria da população, o que seria, nesse momento, a grande meta da própria educação. Dentro da educação rural se colocam, particularmente, os graves problemas de como gerar um estilo de educação adaptado ao ambiente rural, já que toda a educação, inevitavelmente, tem o lado pejorativo urbanizante, mesmo porque os educadores não são do meio rural e muito menos os planejadores. Então, aí se coloca esse problema extremamente grave e é muito importante construir instrumentos, meios de auscultar a comunidade, de auscultar as diversidades regionais e, mais que tudo, dar valor à educação informal.

Nas periferias urbanas se colocam problemas semelhantes, talvez em parte, agravados pelo grande problema da seletividade econômica. Se colocarmos a educação dentro do complexo da política social, ela tem os mesmos problemas de toda política social; ela é tanto mais difícil quanto mais é necessária, quer dizer, ela tende a excluir exatamente o mais necessitado em termos de educação. O pobre, o pobre

mesmo, tem extrema dificuldade de entrar no sistema. Se entra no sistema já cai na 1ª série; se continua, também termina no 19 grau, jamais chegará, talvez, ao 29 grau, e, muito menos, à universidade. Se algum pobre chegar à universidade vai estudar na universidade particular, ruim e paga, e o outro, que é de alto nível, usufrui de todos os benefícios do processo educacional, chegando à universidade pública, de bom nível e de graça.

Esse tipo de problema não é um problema da educação, é um problema de qualquer política social que se queira comprometida com a redução das desigualdades sociais. A tendência do sistema é o contrário. A tendência do sistema é de reproduzir os privilégios das camadas já privilegiadas. A educação é menos um móvel de ascensão social do que um instrumento de manutenção e privilégio já alcançados dentro de uma estrutura de pirâmide sócio-econômica. Então, a preocupação é como imaginar uma política educacional capaz de se aproximar das necessidades reais do pobre, daquele que realmente tem mínimas condições de ser aproveitado no sistema, de ter os benefícios do sistema. A política educacional deve, pelo menos, reverter as tendências no sentido de que a educação não o alije ainda mais, ou seja, não esconda por trás de todo discurso bonito comprometido com a pobreza todo um esquema de concentração de privilégios.

Essas linhas seriam, então, linhas prioritárias que, de alguma maneira, deveriam dar um toque de unidade, de convergência a todas as ações originadas dentro do complexo chamado educação, e incluindo também cultura e esportes. Temos uma área relativamente preferencial, que seria a área do 1º e 2º graus, a qual faria eco com todos os outros esforços.

Uma cultura voltada também para a cultura de massa, para aquela cultura que ajuda as pessoas a sobreviverem. São mais importantes os esportes ligados à massa. É importante que a universidade também encontre o seu caminho de política social, que ela também se dedique a resolver os problemas sociais da comunidade. São muito importantes todos os outros apoios gerados dentro do Ministério, como seja a merenda escolar, material escolar, etc. Em alguns níveis, a merenda escolar é um problema mais importante que qualquer outra linha no ensino. Obrigado.

2. Comunicações em Plenário

As comunicações feitas pelos Secretários de Ensino de 19 e 29 Graus de Ensino Superior, de Assuntos Culturais, de Educação Física e Desportos e de Apoio versaram sobre linhas básicas de ação nas respectivas áreas.

IX. SEGUNDA E TERCEIRA SESSÕES

1. Composição dos Grupos de Trabalho

A composição dos Grupos obedeceu ao seguinte esquema:

I
Acre
Amazonas
Rondônia
SUDAM

II
Amapá
Pará
Roraima

III
Maranhão
Paraíba
Piauí
SUDENE

IV
Ceará
Rio Grande do Norte
Sergipe

V
Alagoas
Bahia
Fernando de Noronha
Pernambuco

VI
Espírito Santo
Minas Gerais
Rio de Janeiro
São Paulo

VII
Distrito Federal
Goiás
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
SUDECO

VIII
Paraná
Rio Grande do Sul
Santa Catarina
SUDESUL

2. Sugestão de Roteiro para Discussão nos Grupos de Trabalho

O documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação" é apresentado, apenas, como um instrumento de referência para o desenvolvimento dos trabalhos de Grupo.

A discussão deverá estar centrada na realidade de sua unidade federada e/ou região, tentando caracterizar sua problemática, bem como identificar diretrizes que subsidiem a elaboração do III PND.

Com base na estrutura do documento, foi elaborado o roteiro abaixo:

1. Quanto aos problemas:
 - Quais dos problemas listados apresentam maior incidência em sua unidade federada ou região^o
 - Que problemas apresentam aspectos diferentes dos mencionados e que mereceriam ser citados^o
 - Que outros problemas poderiam ser acrescentados^o
2. Quanto às diretrizes:
 - Dentre as diretrizes apresentadas, quais atendem à problemática de sua unidade federada e/ou região^o
 - Que diretrizes poderiam ser formuladas de forma mais ajustada à problemática regional e de maneira mais operacional^o
 - Que outras diretrizes poderiam ser acrescentadas^o

3. Conclusões dos Grupos de Trabalho e Conclusões a Nivel Regional

GRUPO I

Coordenador: Aldo Gomes da Costa
Secretário de Estado da Educação e Cultura do Amazonas
Relator: Iris Célia C. Zanini
Secretária da Educação do Acre

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Adequar a formação de recursos humanos às peculiaridades regionais, de modo a aproveitar as potencialidades da mão-de-obra universitária nos programas de desenvolvimento regional, destinados às áreas interioranas, preferentemente àquelas mais carentes de recursos humanos qualificados, resguardando, ao mesmo tempo, o ambiente cultural e ecológico da região.
- Realizar estudos sobre aspectos sócio-culturais da população regional.
- Promover mecanismos de elevação de renda em atividades onde o homem amazônico possua domínio técnico peculiar.
- Estudar formas tecnológicas de produção adequada às peculiaridades regionais.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao pré-escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte problema:

- Ausência de uma legislação específica para o pré-escolar.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, a seguinte diretriz:

- Oferta, pelas Escolas Normais, de especialização de professores para a Educação Pré-Escolar.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte problema:

- Falta de preparo para o uso e aceitação das aberturas legais concernentes à terminalidade real.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Estudar as alternativas de terminalidade do Ensino de 1º Grau, tendo em vista as possibilidades das zonas rurais.
- Detectar problemas que influem na terminalidade e criar condições de atendimento ao educando, com o objetivo de obter maior produtividade e permanência na escola.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Insuficiência de recursos financeiros para manter o Ensino de 2º Grau em termos quantitativos e qualitativos.
- Inadequação do Ensino de 2º Grau à realidade regional.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Prover de recursos financeiros e técnicos necessários à implementação do Ensino de 2º Grau.

— Apoiar tecnicamente o aperfeiçoamento da rede de estabelecimentos particulares de Ensino de 2º Grau.

Obs.: O grupo achou prematura a idéia de implantação de Educação Pós-Secundária.

ENSINO SUPERIOR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Superior, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Inadequação dos currículos dos cursos de formação de professores às necessidades dos Sistemas de Ensino.

— Vestibular inadequado à realidade do Ensino de 2º Grau e à seleção para o ingresso no Ensino Superior.

2. considerou os problemas constantes da página 21, itens 2 e 3, do documento básico, não pertinentes à realidade da região Norte.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Efetuar a integração entre as Universidades e os Sistemas de Ensino.

— Reformular o sistema de vestibular adotado pelas Universidades.

GRUPO II

Coordenador: Dionisio João Hage

Secretário de Educação do Pará Relator:

Alfredo Augusto Ramalho de Oliveira

Secretário de Educação e Cultura do Amapá

PROBLEMAS GERAIS

Considerando os problemas gerais, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs modificações nos itens 4 e 8.

Ao item 4, foi sugerida a seguinte redação:

— "Crescimento quantitativo da população escolar, ocasionando o decréscimo do nível qualitativo das ações culturais-educativas, sem a redução das disparidades regionais e sem o atendimento às necessidades reais dos diferentes grupos de população."

Ao item 8, foi sugerido acrescentar:

"... ocasionando dificuldades para a fixação do professor na região amazônica, principalmente, na zona rural".

2. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Inexistência nos Territórios de cursos regulares de Terceiro Grau para o setor educacional, obrigando-os a pedir extensão das universidades, cujos custos são cober-

tos com os poucos recursos disponíveis naquelas unidades federadas.

— Utilização, na área de educação artística, de professores sem a necessária habilitação.

— Inexistência de uma completa integração e compatibilização entre os diversos níveis de programação: nacional, regional e local.

— Inexistência de um órgão federal na região Norte que trate especificamente da área cultural, como o que foi recentemente criado no Nordeste.

— Poucos municípios na região Norte possuem bibliotecas municipais, teatros, casas de cultura, etc.

— Pouca ou nenhuma pesquisa é realizada no Setor Cultural, na região amazônica.

3. formulou as seguintes considerações sobre a Cultura:

— O documento não retrata uma análise completa dos problemas de Cultura, pois, apenas, no item 6, o assunto é focado diretamente.

— Não são enfocados, por exemplo, os problemas de entrosamento entre as áreas educacional e cultural, existentes em algumas unidades federadas.

Considerando estudos realizados pela SUDAM, o Grupo de Trabalho decidiu pela inclusão dos seguintes dados:

"O setor cultural, da parte relacionada ao artesanato, às manifestações folclóricas e à arte regional em geral, embora reconhecido como potencial altamente significativo, tanto do ponto de vista social como econômico, não tem sido objeto de preocupação prioritária por parte dos planos governamentais.

O setor artesanal, por exemplo, ainda se ressentido de falta de um sistema que vise a organizar a produção e a comercialização regional. Vale ressaltar, ainda, a situação precária das cidades históricas, bibliotecas públicas, bem como o patrimônio histórico-cultural da região, que, sem nenhuma assistência sistemática quanto à sua conservação e preservação, vão se deteriorando cada vez mais pela ação do tempo.

No que tange à Cultura, a programação deve voltar-se para a organização do artesanato regional, implementação e divulgação das manifestações folclóricas populares e das artes em geral, bem como restauração e preservação do patrimônio histórico e cultural da região."

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs as seguintes modificações às diretrizes de nºs 4; 5.3; 5.4; 5.6.

— No item 4, foi sugerida a seguinte redação:

— "Fazer com que a política nacional da cultura, através dos seus mecanismos revistados ou reestruturados, esteja concretamente a serviço da produção, distribuição, consumo e *preservação* de bens culturais, sempre tendo em vista que o apoio ou a cooperação estatal nunca pode desvirtuar-se em qualquer tipo de dirigismo, *respeitando as peculiaridades regionais e locais.*"

— Ao item 5.3, foi recomendada maior abrangência e não, apenas, flexibilidade dos mecanismos básicos de financiamento, no sentido de procurar atender à problemática educacional e cultural da região.

— Ao item 5.4, foi recomendado muito cuidado no estabelecimento de normas e dispositivos, para não haver muita abertura em relação aos cursos livres.

— Ao item 5.6, foi sugerida a inclusão do Conselho Nacional de Desportos CND, e dos Conselhos Regionais de Desportos - CRD, além dos Conselhos de Educação e Cultura.

2. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:

— No caso de ser criado um órgão regional na área de Cultura, que a sede se localize no Estado do Pará.

— Tratamento diferenciado para os problemas de educação e cultura, conforme se analise a zona urbana ou rural.

— Atenção especial à Amazônia, a fim de que possa executar um programa cultural.

— Maior integração dos Conselhos a nível nacional e regional dentro de sua área específica, bem como dos diferentes Conselhos entre si e de todos com as agências regionais de desenvolvimento.

— Formação e desenvolvimento de recursos humanos, nos diversos níveis e modalidades de ensino, voltados para as diversas atividades culturais, respeitando-se as peculiaridades regionais e locais.

— Adequação da formação de recursos humanos às peculiaridades regionais, de modo que se possa aproveitar as potencialidades da mão-de-obra universitária nos programas de desenvolvimento regional destinados às áreas interioranas, preferentemente àquelas mais carentes de recursos humanos qualificados, assegurando-se que haja articulação entre as Universidades que atuam em extensão nas diversas regiões, as Universidades locais, as Secretarias de Educação e de Cultura, a fim de que sejam respeitados os aspectos ecológicos e culturais da região.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, a seguinte diretriz:

— Promover uma política global de atendimento à população infantil (pré-escolar) com abrangência às iniciativas públicas e privadas.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Inexistência de formação de professores a nível universitário nos Territórios, em face da ausência de Universidade.

— Percentual muito elevado (aproximadamente 77%) de escolas unidocentes, na zona rural, para atendimento das 4 primeiras séries, com professores que possuem no máximo o antigo curso primário.

— Carência de espaço físico.

— Disfunção idade/série.

— Índices elevados de reprovação e evasão escolar.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Promover incentivos visando à fixação de professores nas zonas rurais.
- Fortalecer e disseminar os Programas de Assistência ao Educando.
- Promover meios visando à melhoria da qualidade do ensino.
- Estabelecer critérios que permitam avaliar realmente a qualidade do ensino.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho propôs fosse substituída a redação do item 3 para:

- Frustração dos alunos quanto à terminalidade e continuidade, a nível do Ensino de 2º Grau.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs fosse suprimida a parte final do item 3:
"... de modo a facilitar-lhe a adoção dos Programas de Habilitação Básica".
2. sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:
 - Promover a revisão da atual política do Ensino de 2º Grau.

ENSINO SUPERIOR

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Estabelecer maior intercâmbio entre as Universidades e as Instituições Culturais.
- Fomentar a interiorização da Universidade, com ênfase à área educacional.

ENSINO SUPLETIVO

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para o Ensino Supletivo, as seguintes diretrizes:

- Diversificar as oportunidades da educação de adultos, visando ao seu desenvolvimento cultural e às suas condições de promoção sócio-econômica.
- Revisão da política do Ensino Supletivo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos à Educação Especial, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Falta de conscientização dos pais para a excepcionalidade dos filhos.
- Não atendimento ao superdotado.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Especial, as seguintes diretrizes:

- Intensificar o atendimento ao excepcional.
- Promover a integração dos vários programas de atendimento ao excepcional.

CONSIDERAÇÃO FINAL

O Grupo confirmou o documento relativo à Educação Física e Desportos.

REGIÃO NORTE

As conclusões dos Grupos de Trabalho I e II foram compatibilizadas, dando origem às conclusões a nível regional.

Coordenador: Aldo Gomes Costa

Secretário da Educação e Cultura do Amazonas

Relator: Iris Célia C. Zanini.

Secretária da Educação do Acre

PROBLEMAS GERAIS

Considerando os problemas gerais, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs a seguinte redação para o item 8:

— "Ausência de uma política efetiva de formação, valorização e utilização dos professores e atendimento limitado pelo baixo nível salarial da classe, ocasionando dificuldades para a fixação do professor, principalmente na zona rural."

2. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Inexistência de um Órgão Federal na região Norte que trate especificamente da área cultural, a exemplo do que foi criado no Nordeste.

— Inexistência de uma política cultural para a região Norte.

— Inexistência nos Territórios de Cursos regulares de 3º Grau para o Setor Educacional, levando-os a solicitar a extensão de Universidades de outras unidades federadas, cujos custos são cobertos com os poucos recursos disponíveis naquelas unidades federadas.

Considerando estudos realizados pela SUDAM, o Grupo de Trabalho apresentou o seguinte problema:

— "O setor cultural, da parte relacionada ao artesanato, às manifestações folclóricas e à arte regional em geral, embora reconhecido¹ como potencial altamente sig-

nificativo, tanto do ponto de vista social como econômico, não tem sido objeto de preocupação prioritária por parte dos planos governamentais."

— O Setor Artesanal, por exemplo, ainda se ressentia da falta de um sistema que vise a organizar a produção e comercialização regional.

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs modificações nas diretrizes de nºs 4, 5, 5.4, e 5.6.

Ao item 4, foi sugerida a seguinte redação:

— "Fazer com que a política nacional da cultura, através de seus mecanismos revisados ou reestruturados, esteja corretamente a serviço da produção, distribuição, consumo e preservação de bens culturais. Sempre tendo em vista que o apoio ou a cooperação estatal nunca pode desvirtuar-se em qualquer tipo de dirigismo, respeitando as peculiaridades locais e regionais."

Ao item 5, foi acrescentado:

— "maior integração dos Conselhos a nível nacional e regional, dentro de sua área específica, bem como dos diferentes Conselhos entre si, e de todos com as— agências regionais de desenvolvimento."

Ao item 5.4, foi recomendada cautela com relação às aberturas para os cursos livres.

Ao item 5.6, foi sugerido o aperfeiçoamento dos Conselhos Nacional e Regional de Desportos, além dos Conselhos de Educação e Cultura.

2. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:

— No caso de criar-se um órgão regional na área da cultura, que o seja com sede no Estado do Pará, não em São Luís, conforme proposição anterior.

— Definir uma Política Cultural para a região.

— Promover mecanismos de elevação da renda em atividades onde o homem amazônico possua domínio técnico peculiar.

— Maior colaboração financeira do MEC para que as Unidades Federadas da região Norte possam atender às necessidades de melhoria salarial dos professores.

— Adequar a formação de recursos humanos às peculiaridades regionais, de modo a aproveitar as potencialidades da mão-de-obra universitária nos programas de desenvolvimento regional destinados às áreas interioranas, preferentemente aquelas mais carentes de recursos humanos qualificados, resguardando ao mesmo tempo, o ambiente cultural e ecológico da região.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao pré-escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte:

— Ausência de legislação específica que oriente a Educação Pré-Escolar.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, as seguintes diretrizes:

- Promover uma política global de atendimento à população infantil pré-escolar.
- Promover a capacitação de recursos humanos para a Educação Pré-Escolar, através da implantação de cursos de especialização nas Escolas Normais.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Percentual muito elevado de escolas unidocentes, na zona rural, para atendimento das 4 primeiras séries, por professores que possuem, no máximo, o antigo curso primário.
- Carência de espaço físico para atender à demanda do Ensino de 1. Grau, ocasionando o excessivo número de alunos por sala (40 a 60) e a criação de 4 a 5 turnos diários, resultando no declínio qualitativo do ensino.
- Elevado índice de evasão e repetência.
- Despreparo técnico por parte dos Sistemas de Ensino e falta de sensibilidade por parte da comunidade para uso e/ou aceitação das aberturas legais, no que diz respeito à terminalidade real, a nível do Ensino de 1º Grau.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Promover incentivos financeiros visando à fixação de professores nas zonas rurais.
- Fortalecer e disseminar os Programas de Assistência ao Educando.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino.
- Estabelecer critérios que permitam avaliar a qualidade do ensino.
- Estudar alternativas de terminalidade a nível do Ensino de 1º Grau, tendo em vista as possibilidades das zonas rurais.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Frustração dos alunos quanto à terminalidade e continuidade.
- Insuficiência de recursos financeiros para manter o Ensino de 2º Grau, em termos quantitativos e qualitativos.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs subtrair, da terceira diretriz, a expressão: "de modo a facilitar-lhes a adoção dos programas de habilitação básica".
2. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:
 - Promover a revisão da atual política do Ensino de 2º Grau.
 - Prover de recursos técnicos e financeiros os Sistemas de Ensino para implementação do Ensino de 2º Grau.

ENSINO SUPERIOR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Superior, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Inadequação dos currículos de cursos de formação de professores às necessidades do Sistema de Ensino.
- Vestibular inadequado à realidade do Ensino de 2º Grau e à seleção para o ingresso no Ensino Superior.

Os problemas relativos aos itens 2 e 3 não foram considerados pertinentes à região Norte.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Efetivar a integração entre as Universidades e os Sistemas de Ensino.
- Reformular o sistema de vestibular adotado pelas Universidades.
- Fomentar a interiorização das Universidades com ênfase na área educacional.

ENSINO SUPLETIVO

Problemas

O Grupo de Trabalho considerou os problemas relativos ao Ensino Supletivo como pertinentes à região Norte.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho apresentou, para o Ensino Supletivo, a seguinte diretriz:

- Diversificar as oportunidades de educação de adultos, visando ao seu desenvolvimento cultural e às suas condições de promoção sócio-econômica.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Supletivo, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Falta de conscientização dos pais para a excepcionalidade dos filhos.
- Não atendimento ao superdotado.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho apresentou, para o Ensino Supletivo, as seguintes diretrizes:

- Intensificar o atendimento ao excepcional.
- Conscientizar os pais quanto ao problema da excepcionalidade.
- Promover a integração dos programas de atendimento aos excepcionais.

GRUPO III

Coordenador: Raimundo Medeiros Lobato

Secretário de Educação e Cultura do Maranhão

Relator: Antonio Adala Carnid

Representante do Secretário de Educação e Cultura do Piauí

PROBLEMAS GERAIS

Considerando os problemas gerais, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Elevado percentual de professores leigos.
- Déficit de atendimento escolar.
- Ensino de 1º Grau - 35,2%, 37% e 60%, respectivamente, Paraíba, Piauí, Maranhão. — Ensino de 2º Grau — 85%.
- Obstruções no fluxo escolar — 43% da matrícula do Ensino de 1º Grau retidos na 1ª série.
- Grande número de alunos fora da faixa etária no Ensino de 1º Grau.
- Evasão de cerca de 48% na 1ª série do Ensino de 1º Grau.
- Atendimento pré-escolar insuficiente.
- Currículos inadequados.
- Dificuldades na implantação da Reforma de Ensino, de acordo com as diretrizes da Lei nº 5.692/71, por falta de condições para oferecer ensino até a 8ª série.
- Precariedade da rede física.
- Indefinição da clientela de Educação Especial.
- Ausência de um modelo pedagógico na área da Educação Pré-Escolar.
- Ausência de uma política para o Ensino de 2º Grau.

Diretrizes

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Aplicação, no Nordeste, de pelo menos 30% dos recursos globais do País para educação, tornando-a compatível com o percentual de população escolarizável da região.
- Aplicação de recursos, com prioridade no Ensino de 1º Grau, na faixa etária de 7 a 14 anos, buscando a universalização da oferta e o aumento da produtividade.
- Descentralização do planejamento das atividades educacionais, e adequando-o à realidade social, econômica e cultural da região.
- Modificação da legislação de maneira a torná-la mais flexível.
- Maior integração da educação com as demais áreas de desenvolvimento social.

ENSINO DE 1º GRAU

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:

— Oferecer atendimento sócio-cultural adequado às populações que apresentem características especiais, por meio de educação funcional compensatória.

2. propôs fosse substituída a redação do item 1 para:

— "Universalização da oferta do Ensino de 1º Grau, na faixa de 7 a 14 anos, buscando o aumento da produtividade".

ENSINO DE 2º GRAU

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Redefinir a política de ação para o Ensino de 2º Grau, que solucione a problemática apresentada no documento, considerando-se que as diretrizes constantes no documento agravariam os problemas desse grau de ensino, uma vez que o MEC parece posicionar-se em favor da continuação das Habilitações Básicas.

— Intensificar os programas de revitalização dos cursos de formação de professores para o Ensino de 1º Grau.

— Transferir para o Sistema Nacional de Mão-de-Obra a preparação de recursos humanos para o setor produtivo, através de programas não formais, em substituição à experiência de Educação Pós-Secundária.

ENSINO SUPLETIVO

Diretrizes

O Grupo de Trabalho sugeriu as seguintes diretrizes para o Ensino Supletivo:

— Transferir gradativamente os recursos destinados ao MOBRAL para o sistema regular de Ensino de 1º Grau.

— Revisão dos Programas de Ensino Supletivo, em especial o Logos II.

ENSINO SUPERIOR

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:

— Fortalecer os mecanismos de integração da Universidade com os Sistemas Escolares, fazendo com que seus programas sejam uma resposta às expectativas da comunidade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Especial, as seguintes diretrizes:
— Maior alocação de recursos, uma vez que esse é um ensino que depende de equipamentos caríssimos.
— Interiorização dos programas de Educação Especial.

RECOMENDAÇÃO

Retorno da fiscalização e arrecadação do Salário-Educação pelos Estados.

GRUPO IV

Coordenador: Antonio de Albuquerque Sousa Filho
Secretário de Educação e Cultura do Ceará
Relator: Antonio Carlos Valadares
Secretário de Educação e Cultura de Sergipe

PROBLEMAS GERAIS

Considerando os problemas gerais, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho propôs fosse substituída a redação do item 1 para:
- "Desigualdade na distribuição de renda e conseqüente marginalização econômica, social e cultural dos estratos rmais baixos da população."

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:
— Possibilitar o estudo da viabilidade de criação de fundações educacionais e culturais a nível de Secretaria de Estado.
2. propôs fossem suprimidas as expressões *informais ou extra-escolares* do sub-item 3 do item 5.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos à Educação Pré-Escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fosse acrescentado o seguinte problema:
- Não aproveitamento do pessoal habilitado para as atividades da Educação Pré-Escolar.
2. propôs o seguinte questionamento:

— Se a predominância do enfoque preparatório para o Ensino de 1º Grau constitui problema.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, as seguintes diretrizes:

- Definir uma política global e integrada de atendimento ao pré-escolar.
- Ampliar as oportunidades de Educação Pré-Escolar na faixa de 4 a 6 anos.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Ausência de estudos sobre a utilização adequada das instalações escolares e localização de novas unidades.
- Ensino profissionalizante fora da realidade do sistema educacional, sem levar em conta as precárias condições econômicas e sociais de cada unidade da Federação.
- Irrealista montagem do sistema de ensino profissionalizante.
- Necessidade de reestudo do ensino profissionalizante.
- Escassez de recursos financeiros destinados principalmente à manutenção de cursos profissionalizantes.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:

- Formular alternativas para adequação do Ensino de 2º Grau, tendo em vista a realidade de cada Unidade Federada ou Região.

ENSINO SUPERIOR

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:

- Estabelecer maior intercâmbio entre as Universidades, e entre elas e as demais Instituições de Educação Superior e os Sistemas Estaduais de Educação.

ENSINO SUPLETIVO

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Supletivo, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Inexistência de um planejamento integrado que assegure a continuidade dos estudos entre os diversos programas.
- Ausência da Universidade na preparação de recursos humanos para o Ensino Supletivo.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para o Ensino Supletivo, as seguintes diretrizes:

- Rever e expandir os programas de Ensino Supletivo para atendimento à população fora da faixa etária regular.
- Adequar os programas supletivos às eventuais necessidades da população escolarizável na faixa de 15 a 18 anos, impossibilitada de freqüentar o ensino regular.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Especial, as seguintes diretrizes:

- Enfatizar ações que visem à melhoria da aprendizagem.
- Promover maior entrosamento entre os órgãos públicos e privados que tratam da Educação Especial.
- Aperfeiçoar os serviços de identificação e diagnóstico dos excepcionais.

GRUPO V

Coordenador: José Medeiros
Secretário de Educação e Cultura de Alagoas
Relator: Joel Hollanda Cordeiro
Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco

PROBLEMAS E DIRETRIZES GERAIS

Considerando os problemas e diretrizes gerais, constantes do documento básico, o Grupo de Trabalho apresentou as seguintes sugestões:

- Tendo em vista a realidade demográfica brasileira, em que predomina uma população jovem, com notável concentração entre 0 e 14 anos de idade, o Grupo propôs que a ênfase maior da política educacional se volte para esses grupos etários, alterando a tendência manifesta em atender a populações adultas, cujo rendimento, já naturalmente decrescente em termos econômicos e sociais, não justifica tal intensidade de aplicação de recursos.

Neste sentido, o Grupo propôs prioridade aos programas pré-escolar, de rendimento crescente e socialmente justificado.

- Constatado que a qualidade do Ensino de 1º Grau tem sido objeto de críticas justificadas e que o ensino das disciplinas de Educação Especial (iniciação para o trabalho) não tem atendido às expectativas, implicando, em geral, em grandes aplicações de recursos sem o efetivo alcance dos objetivos da lei, torna-se necessária a revisão da filosofia e da política do Ensino de 1º Grau. Assim, o Grupo recomendou ênfase na formação geral do educando, o que possibilitará um aluno-concluinte com

uma educação mais ampla e consistente, como requer a própria sociedade moderna em relação às pessoas com esse nível de escolaridade.

Por outro lado, salientou que toda especialização necessita ser precedida dessa formação ampla e consistente.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Pré-Escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Ausência de integração programática e operacional entre os diversos órgãos e instituições que atuam na área do Pré-Escolar (Sec. de Educação, INAM, CNAE, LBA, FEBEM etc).

— Ausência de coordenação, por parte das Secretarias de Educação das unidades federadas, das ações desenvolvidas na área de atendimento à população infantil.

— Desequilíbrio em relação à prioridade conferida ao Ensino Pré-Escolar quando comparada à ênfase atribuída a outros níveis de ensino, notadamente o Supletivo, cuja clientela é, em grande parte, resultante das falhas do ensino voltado para a população infanto-juvenil.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, as seguintes diretrizes:

— Estabelecer uma política global e integrada, a nível nacional, para a Educação Pré-Escolar, envolvendo todos os Ministérios da área social que atuam no setor.

— Promover a integração programática e operacional entre os diversos órgãos e instituições dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam na área do atendimento à população infantil.

— Fortalecer as Secretarias Estaduais de Educação como órgão coordenador da execução da política da Educação Pré-Escolar.

— Redefinir as prioridades estabelecidas para os diversos níveis de ensino, de forma a conferir maior soma de recursos para a Educação Pré-Escolar.

— Desenvolver política de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a área do pré-escolar, contando com o apoio de estudantes universitários e de "escola normal", bem como de elementos da própria comunidade.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Descompasso entre as crescentes responsabilidades atribuídas aos Estados e Municípios no campo da prestação de serviços educacionais, sem a necessária contrapartida de recursos financeiros para seu financiamento.

— Baixos níveis de remuneração do professorado, tornando o exercício da profissão incompatível com o mercado de trabalho e com reflexo direto na qualidade do ensino ministrado.

— Persistência de níveis elevados de "perda" do contingente escolarizado, sobretudo nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau, em conseqüência das condições de pobreza e de marginalização cultural de determinados grupos populacionais, agravadas pela inadequação de procedimentos pedagógicos na condução das atividades escolares.

— Ausência de integração entre os programas escolares e as atividades culturais durante o período de vida escolar.

— Carência de sensibilização da comunidade para a importância do equipamento social representado pela escola que, em razão disso, é conseqüentemente depredada, acarretando gastos adicionais para os Estados e Municípios.

— Programação de Educação Física dissociada dos demais componentes curriculares do Ensino do 1.º Grau, em termos sócio-econômicos e regionais.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Dotar os Estados e Municípios de condições de arcarem, através do processo de descentralização, com os encargos educacionais mediante a reformulação do atual sistema de distribuição de rendas.

— Estabelecer uma política realista de remuneração do professor, de acordo com a formação profissional definida com a participação das Associações de Classe institucionalizadas.

— Preservação dos equipamentos escolares, sujeitos a constantes depredações, através da vinculação com a comunidade, com a criação de um esquema de interação escola-comunidade.

— Desenvolver atividade com vistas à melhoria dos aspectos instrumentais do ensino e das formas de atendimento no sentido de adequá-los às características de faixa etária e de outras peculiaridades do alunado.

— Reforçar as atividades de apoio ao aluno e à sua família, como forma transitória de dinamização de situações de pobreza e de promoção social.

— Promover a regionalização da Educação (adequação curricular) por região, por zonas urbana e rural e por grupos sociais específicos.

— Redefinir a política e os programas de treinamento de professores e de formação de professores leigos.

— Promover a melhoria da eficiência do sistema produtor de ensino.

— Integrar os programas culturais e educativos durante todo o período da vida escolar, incentivando a criatividade e despertando no alunado interesse pelas manifestações artísticas e culturais.

— Promover programa de Educação Física integrado e adequado ao currículo escolar.

ENSINO SUPLETIVO

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para o Ensino Supletivo, as seguintes diretrizes:

— Considerar o Ensino Supletivo dentro da problemática do próprio Ensino de 1º Grau ou do 2º Grau e não como um nível isolado.

— Não se considerar o limite mínimo de idade em vigor, estabelecido pelo Parecer nº 699, para os cursos supletivos, para os casos em que a não-correspondência etária exclui o estudante do curso regular do Ensino de 1º Grau e não o incorpora ao Supletivo.

ENSINO SUPERIOR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Superior, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte problema:

— Desvinculação dos cursos de necessidades do mercado de trabalho, destacada mente no campo da educação.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho propôs fossem acrescentadas as seguintes:

— Fortalecer os mecanismos de integração da Universidade com os sistemas estaduais de ensino, fazendo com que seus programas sejam uma resposta às carências da comunidade que a cerca.

— Revisão do perfil profissional e adequação quantitativa de cada curso às necessidades locais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos à Educação Especial, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho propôs fosse acrescentado o seguinte problema:

— Ausência de um esquema de acompanhamento dos alunos egressos da Educação Especial.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Especial, as seguintes diretrizes:

— Criar um sistema de avaliação dos resultados obtidos pelas unidades que ministram Ensino Especial.

— Estabelecer uma política interministerial de integração dos órgãos envolvidos no desenvolvimento da Educação Especial.

RECOMENDAÇÃO

Que o Governo Federal defina uma política específica para o desenvolvimento

da educação em Fernando de Noronha, de forma a integrar as ações de todas as instituições públicas envolvidas com a administração desse Território Federal.

REGIÃO NORDESTE

As conclusões dos Grupos de trabalho III, IV e V foram compatibilizadas, dando origem às conclusões em nível regional.

Coordenador: Antonio Carlos Valadares
Secretário da Educação e Cultura de Sergipe
Relator: Antonio de Albuquerque Sousa Filho
Secretário de Educação e Cultura do Ceará

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais do documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Estabelecer que o investimento público em Educação no Nordeste seja de, pelo menos, 30% do global do País.
- Rever a atual legislação educacional brasileira, tornando-a mais flexível e condizente com o quadro da nossa atual realidade.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Pré-Escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Ausência de integração programática e operacional entre os diversos órgãos e instituições que atuam na área do Pré-Escolar (Sec. de Educação, INAM, CNAE, LBA, FEBEM etc).
- Ausência de coordenação, por parte das Secretarias de Educação das unidades federadas, das ações desenvolvidas na área de atendimento à população infantil.
- Desequilíbrio em relação à prioridade conferida à Educação Pré-Escolar quando comparada à ênfase atribuída a outros níveis de ensino, notadamente o Ensino Supletivo, cuja clientela é, em grande parte, resultante das falhas do ensino voltado para a população infanto-juvenil.
- Não aproveitamento do pessoal docente habilitado nas atividades da Educação Pré-Escolar.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Pré-Escolar, as seguintes diretrizes:

- Estabelecer uma política global e integrada, a nível nacional, para a Educação Pré-Escolar, envolvendo todos os Ministérios da área social que atuam no setor.
- Promover a integração programática e operacional entre os diversos órgãos e instituições dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam na área do atendimento à população infantil.

— Fortalecer a Secretaria Estadual de Educação como órgão coordenador da execução da política de Educação Pré-Escolar.

— Redefinir as prioridades estabelecidas para os diversos níveis de ensino, de forma a conferir maior soma de recursos para a Educação Pré-Escolar.

— Desenvolver uma política de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a área do pré-escolar, contando com o apoio de estudantes universitários e de "escola normal", bem como de elementos da própria comunidade.

— Ampliar as oportunidades da Educação Pré-Escolar prioritariamente para a população de 4 a 6 anos.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Descompasso entre as crescentes responsabilidades atribuídas aos Estados e Municípios no campo da prestação de serviços educacionais, sem a necessária contrapartida de recursos financeiros para seu financiamento.

— Baixos níveis de remuneração do professorado, tornando o exercício da profissão incompatível com o mercado de trabalho e com reflexo direto na qualidade do ensino ministrado.

— Persistência de níveis elevados de "perda" do contingente escolarizado, sobretudo nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau, em consequência das condições de pobreza e de marginalização cultural de determinados grupos populacionais, agravados pela inadequação de procedimentos pedagógicos na condução de atividades escolares.

— Ausência de integração entre os programas escolares e as atividades culturais, durante o período de vida escolar.

— Carência de sensibilização da comunidade para a importância do equipamento social representado pela escola, que, em razão disso, é constantemente depredada, acarretando gastos adicionais para os Estados e Municípios.

— Programação de Educação Física dissociada dos demais componentes curriculares do Ensino de 1º Grau, em termos sócio-econômicos e regionais.

— Distorção idade-série.

— Ausência de metodologia e currículos específicos para o meio rural.

— Ausência de estudo sobre a utilização adequada das instalações escolares, bem como a localização de novas unidades.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Dotar os Estados e Municípios de condições de arcarem, através do processo de descentralização, com os encargos educacionais mediante a reformulação do atual sistema de distribuição de recursos.

— Estabelecer uma política realista de remuneração do professor, de acordo com a formação profissional definida com a participação das associações de classe institucionalizadas.

— Preservação dos equipamentos escolares, sujeitos a constantes depredações, através da circulação com a comunidade, com a criação de um esquema de interação escola-comunidade.

— Desenvolver atividade com vistas à melhoria dos aspectos instrumentais do ensino e das formas de atendimento no sentido de adequá-los às características de faixa etária e de outras peculiaridades do alunado.

— Reforçar as atividades de apoio ao aluno e à sua família como forma transitória de dinamização de situações de pobreza e de promoção.

— Promover a regionalização da Educação (adequação curricular) por região, por zonas urbana e rural e por grupos sociais específicos.

— Redefinir a política e os programas de treinamento de professores e de formação de professores leigos.

— Promover a melhoria da eficiência do sistema produtor de ensino.

— Oferecer atendimento sócio-cultural adequado às populações que apresentem características especiais, por meio de educação funcional compensatória.

— Integrar os programas culturais e educativos durante todo o período da vida escolar, incentivando a criatividade e despertando no alunado interesse pelas manifestações artísticas e culturais.

— Desenvolver programa de Educação Física integrado ao currículo escolar.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Necessidade de reestudo do Ensino de 2º Grau.

— Irrealista montagem do ensino profissionalizante.

— Escassez de recursos financeiros destinados principalmente à manutenção de cursos profissionalizantes.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem apresentadas as seguintes:

— Redefinir a política de ação para o Ensino de 2º Grau, considerando que as diretrizes constantes do documento agravariam a atual problemática desse grau de ensino.

— Intensificar os programas de revitalização dos cursos de formação de professores para o Ensino de 1º Grau.

— Transferir para o sistema nacional de mão-de-obra a preparação dos recursos humanos para o setor produtivo, através de programas não formais, substituindo a experiência de implantação da Educação Pós-Secundária.

ENSINO SUPERIOR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Superior, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte:

— Desvinculação dos cursos de necessidades do mercado de trabalho, destacada mente no campo da educação.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Fortalecer os mecanismos de integração da Universidade com os Sistemas Estaduais de Ensino, fazendo com que seus programas sejam uma resposta às carências da comunidade que a cerca.

— Revisão do perfil profissional e adequação quantitativa de cada curso às necessidades locais.

ENSINO SUPLETIVO

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Supletivo, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Ausência das universidades na preparação de recursos humanos para o Ensino Supletivo.

— Escassez de recursos financeiros para a implementação e/ou continuidade dos programas existentes.

— Inexistência de um planejamento integrado que assegure a continuidade de estudos entre os diversos programas do Ensino Supletivo.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para o Ensino Supletivo, as seguintes diretrizes:

— Considerar o Ensino Supletivo dentro da problemática do próprio Ensino do 1º Grau ou do 2º Grau e não como um nível isolado de ensino.

— Não se considerar o limite mínimo de idade em vigor, estabelecido pelo Parecer nº 699 para os cursos supletivos, para os casos em que a não-correspondência etária exclui o estudante do curso formal do Ensino de 1º Grau e não o incorpora ao Ensino Supletivo.

— Considerando a realidade demográfica brasileira, em que predomina uma população jovem, com notável concentração entre 0 e 14 anos de idade, propõe-se que a ênfase maior da política educacional se volte para esses grupos etários, alterando a tendência manifesta em atender a populações adultas, cujo rendimento, já naturalmente decrescente em termos econômicos e sociais, não justifica tal intensidade de aplicação de recursos.

Neste sentido, propõe-se prioridade aos programas pré-escolar, de rendimento crescente e socialmente justificado.

— Revisão dos programas de Ensino Supletivo, em especial o Logos II.

ENSINO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Especial, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

- Inexistência de sistema de avaliação dos resultados obtidos pelas unidades que prestam o Ensino Especial.
- Falta de integração dos órgãos envolvidos na prestação do Ensino Especial.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para o Ensino Especial, as seguintes diretrizes:

- Destinação de maior volume de recursos ao Ensino Especial, considerando a sua importância.
- Interiorização dos programas de Ensino Especial.
- Criação de um sistema de avaliação dos resultados obtidos pelas unidades prestadoras de Ensino Especial.
- Estabelecimento de uma política interministerial de integração dos órgãos envolvidos na prestação do Ensino Especial.
- Aperfeiçoamento dos serviços de identificação e diagnóstico do excepcional.

PROPOSIÇÕES GERAIS

— Constatado que a qualidade do Ensino de 1º Grau tem sido objeto de críticas justificadas e que o ensino das disciplinas de Educação Especial (iniciação para o trabalho) não tem atendido às expectativas, implicando, em geral, em grandes aplicações de recursos sem o efetivo alcance dos objetivos da lei, torna-se necessária a revisão da filosofia e política do Ensino de 1º Grau. Assim, recomenda-se ênfase na formação geral do educando, o que possibilitará um aluno-concluinte com uma educação mais ampla e consistente, como requer a própria sociedade moderna, em relação às pessoas com esse nível de escolaridade.

Por outro lado, saliente-se que toda especialização necessita ser precedida dessa formação ampla e consistente.

— Que o Governo Federal defina uma política específica para o desenvolvimento da educação em Fernando de Noronha, de forma a integrar as ações de todas as instituições públicas envolvidas com a administração desse Território Federal.

GRUPO VI REGIÃO

SUDESTE

Coordenador: Stélio Dias

Secretário da Educação do Espírito Santo

Relator: Arnaldo Niskier

Secretário da Educação do Rio de Janeiro

PROBLEMAS GERAIS

Considerando os problemas gerais, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Alocação insuficiente de recursos orçamentários e extra-orçamentários a níveis federal e estadual para Educação e Cultura.

- Falta de compreensão de que educação é investimento com elevado índice de retorno social.
 - Falta de racionalização do uso dos recursos disponíveis para a Educação e Cultura, integrando os vários níveis de execução, ocasionando a duplicidade hoje existente.
 - Ausência de absorção pelo MEC de todos os Projetos de Educação espalhados por outros Ministérios, como é o caso do Menor Carente.
 - Preocupação com o processo acelerado de urbanização, não havendo maiores incentivos a projetos de fixação do homem à terra.
 - Pouca divulgação dos projetos do MEC nos Estados para que haja uma participação mais adequada na sua implementação.
 - Ausência de estatísticas educacionais confiáveis.
 - Necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização do Salário-Educação, passando este controle a ser feito pelos Estados, que têm maiores interesses na sua arrecadação.
 - Necessidade de reformar a lei do Salário-Educação, permitindo que haja investimentos, inclusive no pré-escolar, em percentual a ser determinado.
 - Sistema tributário que não favorece os trabalhos dos Municípios em favor da Educação e da Cultura com o uso mais racional dos seus recursos.
 - Ausência de maior entrosamento entre a rede oficial, o que é indispensável na nossa sociedade pluralista.
 - Necessidade de uma política integrada nos diferentes setores do Governo que realizam investimentos em Educação e Cultura, sob a liderança do MEC.
2. propôs modificações nos problemas de nºs 7 e 8.
- Ao item 7, foi sugerido acrescentar a palavra "inadequada" à "contribuição do sistema *de ensino* ao direcionamento da formação e a criação científica e tecnológica".
 - Ao item 8, foi sugerido acrescentar a palavra "especialistas", de resto uma categoria sempre esquecida no documento.

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as diretrizes gerais, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:
 - Incorporar o documento "Política Nacional de Cultura" ao trabalho, com a ressalva de que nos Estados o MEC deveria agir em Convênio com órgãos e instituições locais.
 - Estabelecer padrões de entrosamento entre o que se ministra na escola e os esquemas de vida alternativa a que são maciçamente submetidos os nossos educandos.
 - Valorizar o uso de tecnologias Educacionais para a consecução da *Qualidade de Ensino*.
 - Efetivar prioridades no atendimento à Educação Pré-Escolar, com a atribuição de recursos expressivos a serem repassados aos sistemas estaduais.
 - Recomendar a utilização da Teleducação no processo ensino-aprendizagem.
 - Gerar incentivos a projetos de fixação do homem à terra.
 - Maior divulgação dos projetos do MEC nos Estados, para que haja uma participação mais adequada na sua implementação.

— Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização do Salário-Educação, passando este controle a ser feito pelos Estados que têm maiores interesses na sua arrecadação.

— Reformar a lei do Salário-Educação, permitindo que haja investimentos, inclusive no Pré-Escolar, em percentual a ser determinado.

— Sugerir uma Reforma Tributária cuidadosa que favoreça os trabalhos dos municípios em favor da Educação e da Cultura, com o uso mais racional dos seus recursos.

2. propôs modificações nas diretrizes de nºs 2 e 5.

— Ao item 2, foi sugerido referir à responsabilidade da iniciativa pública e, também, particular no ritmo de crescimento do Ensino de 2º Grau.

— Ao item 5, foi sugerido substituir o termo "democratização das estruturas universitárias" por "*democratização* das estruturas educacionais".

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Pré-Escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Falta de criatividade no uso de soluções inovadoras, não convencionais para o Pré-Escolar.

— Ausência de maiores recursos públicos para o atendimento à população infantil.

2. Propôs fosse substituída a redação do item 7 para: "Escassez de programas compensatórios".

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série.

— Intensa migração de professores e especialistas em direção aos grandes centros urbanos, parte como decorrência da expansão desordenada das Faculdades de Educação.

— Ausência de metodologias, currículos e material didático diversificados, levando-se em conta as peculiaridades regionais, urbanas e rurais.

— Processos de Alfabetização falhos, acumulando um número excessivo de alunos na primeira série.

— Ausência de uma efetiva política de municipalização, mas com recursos financeiros.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Ausência de uma clara definição, por parte do MEC, do que seja Ensino Profissionalizante.

— Grande número de candidatos ao Ensino de 3º Grau sem possibilidade de atendimento, criando a necessidade de profissões de nível intermediário, lembrando-se a iniciativa dos estudos *pós-secundários*, a serem definidos pelo Conselho Federal de Educação.

2. propôs fossem suprimidos os itens 3 e 4, no tópico sobre problemas do Ensino de 2º Grau, por serem considerados redundantes.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

— Repensar a legislação que rege o Ensino Profissionalizante.

— Realizar ampla pesquisa, a nível nacional, sobre a aplicação das habilitações nas Escolas de 2º Grau.

2. sugeriu fossem modificadas as diretrizes de nºs 1 e 3.

— Ao item 1, foi proposta a substituição do termo "consciente" por "consentâneo".

— Ao item 3, foi sugerida a seguinte redação:

"Apoiar técnica e financeiramente o aperfeiçoamento da rede de estabelecimentos particulares de Ensino de 2º Grau."

3. propôs fosse substituída a redação do item 10 para: "Quadros técnico-administrativos insuficientemente preparados."

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:

— compatibilizar atividades culturais no processo ensino-aprendizagem, levando em conta as características locais (elo Escola-comunidade).

— Mudar a atitude da Escola diante dos conceitos: Iniciação para o Trabalho e Sondagens de Aptidões.

— Vincular efetivamente os serviços educativos aos programas de desenvolvimento rural e de superação da pobreza local.

2. propôs nova redação às diretrizes de nºs 1 e 2.

— Ao item 1, foi sugerida a seguinte redação:

Universalizar a Educação Fundamental para a população de 7 a 14 anos, ampliando-se igualmente as oportunidades de acesso para os adolescentes e adultos subeducados."

—No item 2, foi sugerida a seguinte redação:

"Oferecer atendimento educacional adequado às populações periféricas urbanas."

ENSINO SUPLETIVO

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Supletivo, apresentados no do-

cumento básico, o Grupo de Trabalho

1. sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

—Limitada utilização de tecnologias educacionais no Ensino Supletivo.

—Atendimento quase inexistente da função suprintendente.

—Falta de uma conveniente articulação entre o Ensino Supletivo e o Ensino Regular.

—Ausência de Diretrizes para o Ensino Supletivo.

2. sugeriu fossem modificados os parágrafos de nº 2 e 5 do tópico Problemas e suprimido o 6º parágrafo.

—No parágrafo 2º, foi proposta a seguinte redação:

"Acumulação, nas principais áreas urbanas do País, de grandes contingentes de adultos e jovens com escolaridade inferior à 4ª série do Ensino de 1º Grau que se exige como condição para acesso a empregos, ou *como* requisito para a formação profissional."

—Ao parágrafo 5º, foi proposta a seguinte redação:

Ausência de conveniente articulação entre os processos do Ensino Supletivo nas funções de Suplência, suprintendente e formação profissional."

Diretrizes

O Grupo de Trabalho sugeriu a seguinte diretriz para o Ensino Supletivo:

— A necessidade de um maior número de Centros de Estudos Supletivos espalhados equilibradamente pelas unidades da Federação.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos à Educação Especial, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Inexistência de condições para o preparo profissional do excepcional (oficinas pedagógicas, de treinamento, etc. ...).

— Falta de um programa especial de atendimento também ao superdotado.

Diretrizes

O Grupo de Trabalho propôs, para a Educação Especial, as seguintes diretrizes:

— Dar ênfase ao atendimento do Menor Carente, com a participação do MEC.

— Criar um programa especial de profissionalização para o excepcional.

— Integrar esforços entre os setores de Educação e Saúde para se colocar em execução um Plano Nacional de Prevenção à excepcionalidade.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

• Cabe assinalar desde logo que o documento-base distribuído às delegações apresenta sérias deficiências de estruturação, constituindo-se numa autêntica colcha de retalhos. Os temas não se encontram interligados, parecendo uma composição de partes distintas, sem uma filosofia que as permeie.

- Os próprios pensamentos do Ministro Eduardo Portella, expressos em sucessivos pronunciamentos, não determinam o estilo do trabalho. Veja-se o exemplo da cultura, que aparece como um anexo, situação, aliás, que não difere do que tem ocorrido secularmente com o seu trato. Se a educação integra um processo cultural, como faz crer o titular da Pasta, a cultura não pode estar como apêndice do trabalho. O mesmo pode ser dito em relação à Educação Física, que aparece como adendo (aliás, muito bem feito), o que também não convence.

- A maior falha do trabalho, no entanto, reside em que, sendo um esboço de plano, não se enfocou a sua viabilidade econômico-financeira. De onde sairão os recursos financeiros para a sua execução? Esse fato pode ser aqui enfaticamente assinalado, pois estamos trabalhando em regime *reservado*.

- Cabe ainda registrar que não foram sugeridas diretrizes para o Ensino Supletivo e nem para a Educação Especial. Não são necessárias? O grupo ainda estranhou que as tecnologias educacionais não tenham sido devidamente consideradas, o que nos pareceu um contra-senso, pois está sendo agora implantado o Departamento de Atividades Tecnológicas (DAT) no MEC. Ele não terá o que fazer?

- Sugere-se ainda que o Plano Nacional de Desenvolvimento não seja batizado como terceiro, em virtude do fracasso dos dois anteriores. A conotação seria negativa. Bastaria a simples referência ao PND para o período 1980/1985.

- uma referência ainda à noção de Sistema. O que existe, por lei, é o *Sistema de ensino* e não de educação, como aparece no documento.

- Finalmente, a verificação penosa de que a participação relativa da Educação e da Cultura no Orçamento da República é decrescente, o que pode ser a causa das agruras financeiras hoje vividas pelo setor.

1 — O título do documento deve ser "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação e da Cultura".

2 — Cortar na página 1 os objetivos globais e acrescentar "gerais".

OBSERVAÇÕES FINAIS

— Não houve tempo para analisar o Ensino Superior, de resto uma responsabilidade que não afeta o trabalho direto das Secretarias de Educação.

— uma referência aos baixos índices na relação benefício—custo em Educação e Cultura.

— Por fim, a necessidade de dar um tratamento unitário e orgânico ao trabalho, através de uma boa redação.

GRUPO VII

REGIÃO CENTRO-OESTE

Coordenador: Delson Leone

Secretário de Educação e Cultura de Goiás

Relator: Armando Pompeu de Barros

Secretário de Educação e Cultura de Mato Grosso

DIRETRIZES GERAIS

Considerando as Diretrizes Gerais do documento básico, o Grupo de Trabalho 1. propôs a seguinte redação para o item 1:

"Universalizar a educação fundamental, através do acesso ao Ensino de 1º Grau, para a população de 7 a 14 anos."

— Ampliar o atendimento à população, fora da faixa etária de 7 a 14 anos, que não tenha sido atendida pelo ensino regular.

2. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:

— Estabelecer uma política de capacitação de recursos humanos, de acordo com a Lei nº 5.692/71.

— Implementar e atualizar os sistemas de informações estatísticas e gerenciais, como forma de incrementar um sistema de avaliação abrangente e permanente.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao pré-escolar, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Falta de experiência técnica e gerencial das Secretarias de Educação e Cultura.

— Grande volume de clientela a ser atendida, compreendida na faixa de 0 a 6 anos.

— Falta de integração, a níveis nacional e estadual, entre os órgãos responsáveis pela saúde e promoção social, no atendimento ao pré-escolar.

— Inexistência de fontes de recursos financeiros para a educação do pré-escolar.

— Ausência de estudos e pesquisas que fundamentem a política de atendimento ao pré-escolar.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 1º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs a seguinte redação no item 6:

Proporção, ainda reduzida, de alunos ingressados que chegam a graduar-se nos oito anos requeridos, caracterizada por uma acentuada evasão e repetência na 1ª série do Ensino de 1.º Grau."

2. sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

— Falta de definição do produto do Ensino de 1º Grau, o que impede a viabilização de parâmetros qualitativos.

— Elevado índice de distorção idade— série no Ensino de 1º Grau.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 1º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs a seguinte redação ao item 1 :

"Universalizar a educação fundamental, através do acesso ao Ensino de 1º Grau, para a população de 7 a 14 anos."

— Ampliar o atendimento para a população fora da faixa etária de 7 a 14 anos.

que não tenha sido atendida pelo ensino regular.

2. sugeriu fossem acrescentadas as seguintes diretrizes:

- Diversificar as oportunidades de educação de adolescentes e jovens, visando ao seu desenvolvimento cultural e às suas condições de promoção sócio-econômica.
- Definir o perfil do profissional da educação com relação ao Ensino de 1º Grau.
- Definir o produto do Ensino de 1º Grau, com vistas à viabilização de parâmetros qualitativos.
- Redimensionar os mecanismos utilizados no processo ensino-aprendizagem, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.
- Definir a terminalidade no Ensino de 1º Grau, de acordo com as peculiaridades regionais.
- Oferecer atendimento específico à zona rural, em áreas de colonização e em áreas de população dispersa, através de incentivos especiais e legislação específica.
- Desenvolver programas educativo-culturais especiais para o atendimento da população constituída pelos grupos populacionais da periferia urbana marginalizada.
- Diversificar a prestação de serviços educativos, tendo em vista as expectativas da comunidade.
- Reorganizar a rede física, com vistas à potencialização de sua capacidade de absorção.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino de 2º Grau, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho

1. propôs a seguinte redação ao item 12:

"Disparidade na oferta de oportunidades educacionais e fraco 'ou nenhum' atendimento na zona rural e áreas marginalizadas da periferia urbana."

2. Sugeriu fossem acrescentados os seguintes problemas:

- Descompasso entre as habilitações oferecidas pelo sistema estadual e o mercado de trabalho regional.
- Indefinição quanto ao perfil do concluinte do Ensino de 2º Grau.
- Escassez de pessoal qualificado para a educação geral e para a implementação das habilitações profissionais.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino de 2º Grau, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentadas as seguintes:

- Analisar avaliativamente o ensino profissionalizante, para melhor adequação às necessidades regionais e interesses da clientela.
- Fortalecer a integração escola-comunidade, como mecanismo capaz de definir o perfil do desempenho profissional e a oferta das habilitações profissionais.

ENSINO SUPLETIVO

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Supletivo, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho propôs a seguinte redação aos itens 1 e 4:

"Persistência de elevados índices de analfabetismo funcional inclusive por regressão' dos alfabetizados entre a população adulta, notadamente nas áreas rurais e nas regiões menos desenvolvidas do Norte, Nordeste, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul."

"Inadequação do conteúdo e dos métodos adotados nos exames e formalismos dos cursos de Suplência, agravado pela impropriedade de organização e regime de trabalho nestes cursos em face das possibilidades e necessidades de clientela situadas em diferentes regiões, situações ocupacionais e com diferenças de formação escolar pretérita e escassez de pessoal especificamente capacitado para conceber e operar processos de educação de adultos."

ENSINO SUPERIOR

Problemas

Considerando os problemas relativos ao Ensino Superior, apresentados no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentado o seguinte:

— Falta de maior entrosamento entre as Universidades e as Secretarias de Educação.

Diretrizes

Considerando as diretrizes relativas ao Ensino Superior, apresentadas no documento básico, o Grupo de Trabalho sugeriu fosse acrescentada a seguinte diretriz:

— Estabelecer maior entrosamento entre as Universidades e as Secretarias de Educação, de forma que aquelas atendam as necessidades concretas do sistema.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Considerando os problemas relativos à Educação Especial, o Grupo de Trabalho sugeriu fossem acrescentados os seguintes:

— Alto custo dos serviços de Educação Especial, em momento em que a educação regular apresenta severos déficits de atendimento.

— Falta de integração com os setores encarregados da promoção social e saúde.

GRUPO VIII

REGIÃO SUL

Coordenador: Leônidas Ribas

Secretário da Educação do Rio Grande do Sul

Relator: Edson Machado de Sousa

Secretário da Educação do Paraná

PROBLEMAS GERAIS

O Grupo considerou que, de um modo geral, a caracterização dos problemas, tal como se encontra no documento básico, coincide de forma genérica com os princi-

pais problemas dos Sistemas Educacionais dos três Estados. Sem dúvida, existiriam peculiaridades que, entretanto, não deveriam ser explicitadas, dada a natureza e finalidade do documento.

DIRETRIZES GERAIS

O Grupo de Trabalho sugeriu que no tópico Diretrizes Gerais, do documento básico, sejam explicitados e enfatizados certos aspectos que, embora evidenciados no diagnóstico dos problemas, não são abordados nas políticas.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Problemas e Diretrizes

O Grupo foi de opinião que as Diretrizes Gerais deveriam contemplar mais enfaticamente a área do Pré-Escolar, particularmente no que se refere à necessidade de ação multissetorial, considerando-se que os problemas não se situam exclusivamente no campo de atuação educacional.

ENSINO DE 1º GRAU

Problemas e Diretrizes

Estranhou o Grupo que as Diretrizes para este nível de ensino não dessem destaque ao papel do poder público municipal. Independentemente do dispositivo legal que sugere a progressiva transferência dos encargos do Ensino de 1º Grau aos Municípios, em vários Estados, a realidade já apresenta uma responsabilidade municipal superior à do Estado. Este fato, aliado à insuficiência dos recursos transferidos aos Municípios, está sobrecarregando os já onerados orçamentos municipais para prover a manutenção de sua rede escolar.

Considerando que uma das diretrizes básicas do documento é a expansão do atendimento educacional às zonas rurais e às periferias urbanas, o que seria mais adequadamente realizado através das redes municipais de educação, e considerando mais a rigidez e formalismo dos mecanismos de transferência de recursos, o Grupo julgou recomendável que o MEC desenvolva esforços no sentido de ampliar a base financeira de *recursos próprios* dos Municípios, possivelmente através de uma reforma tributária e fiscal, além de eventuais revisões dos mecanismos atuais de financiamento da educação.

Por outro lado, estava o Grupo convencido de que a perseguição do objetivo da universalização do Ensino de 1º Grau, estando agora na dependência de maior atuação nas zonas rurais, deverá estimular a utilização de formas não convencionais de Ensino Regular de 1º Grau, para a faixa etária própria. Em outras palavras, não parece viável o atingimento da população escolarizável nessas áreas, através do sistema regular tradicional, com sua seriação, currículos e organização escolar.

Dentro dessa linha de preocupações, seria de todo recomendável que houvesse maior e melhor articulação entre o Ensino de 1º Grau e os mecanismos de treinamento de mão-de-obra, visando a propiciar oportunidades de formação profissional aos encargos desse nível de ensino, com educação completa ou não.

Finalmente, reconhecendo a persistência da dificuldade de fixar, nas zonas ru-

rais e periferias urbanas, professores qualificados, o Grupo recomendou a continuidade dos programas de titulação de professores leigos, pela via supletiva, particularmente com a utilização de metodologias inovadoras.

ENSINO DE 2º GRAU

Problemas e Diretrizes

Preocupou ao Grupo a utilização no documento básico da expressão "educação pós-secundária" sem uma conceituação explícita, sobretudo quando se constata uma tendência (ver objetivo específico nº 1) no sentido de dar tratamento diferenciado aos educandos que manifestem "interesse em se integrar à força de trabalho". Estar-se-ia caminhando no sentido de uma revisão da Lei nº 5.692º

Ademais, é nítida a preferência atribuída às Habilitações Básicas, cuja composição curricular, paradoxalmente, destina menor proporção de carga horária à educação geral, quando comparadas, por exemplo, com as Habilitações Parciais de auxiliar técnico. Parece persistir, portanto, a hesitação quanto aos objetivos de terminalidade e continuidade desse nível de ensino.

Diante disso, entendeu o Grupo que a questão deveria ser mais explicitada nas Diretrizes, especialmente no que se refere à chamada "Educação Pós-Secundária".

Em segundo lugar, conhecidas as dificuldades para a plena implantação do Ensino de 1º Grau, e dado o ritmo de expansão do Ensino de 2º Grau, que se pretende seja consistente com o aumento das conclusões de curso no nível anterior, sugeriu o Grupo que seja assumida claramente a disposição constitucional de eliminação gradativa de gratuidade indiscriminada no Ensino Público de 2º Grau.

Por outro lado, havendo adesão explícita ao princípio do ensino profissionalizante, como componente indispensável da educação integral do adolescente, entendeu o Grupo que 'devem ser criados mecanismos de apoio financeiro, além de técnico, à rede privada do Ensino de 2º Grau, por exemplo, mediante financiamento a juros subsidiados, para a implantação de habilitações básicas, parciais ou plenas.

Desse modo, se eliminaria a atual dualidade de sistemas que induz à evasão do ensino público, já que a clientela prefere os estabelecimentos particulares não profissionalizantes. Além disso, é óbvio que não se pretende alijar a rede privada do Sistema de Ensino de 2º Grau, onde sua presença, não apenas útil como necessária, vem sendo ameaçada em face das dificuldades financeiras para implantação do ensino profissionalizante.

Finalmente, o Grupo constatou a necessidade de ser explicitada uma diretriz relativamente à formação e utilização de professores para as disciplinas específicas da parte de formação profissional do Ensino de 2º Grau.

ENSINO SUPERIOR

Problemas e Diretrizes

Embora entendendo que possa estar incluída em alguma das diretrizes, apresentadas de forma excessivamente sintética, o Grupo considerou conveniente que seja explicitada a necessidade de ser buscada crescente articulação das Universidades e Instituições Isoladas com os Sistemas de Ensino de 1º e 2º Graus, tanto no que se refere à formação e treinamento de recursos humanos, quanto no plano curricular.

O Grupo ressaltou a necessidade de reduzir as inconsistências que resultam da dupla ingerência - sistema federal, via CFE, e sistema estadual - sobre as instituições oficiais, estaduais e municipais.

Na mesma linha de raciocínio, o Grupo alertou para a inconveniência da coexistência de um sistema público federal gratuito e um sistema público estadual pago.

Considerando que a pressão social exigirá a continuidade da expansão orientada do Sistema de Ensino Superior, o Grupo recomendou seja explicitada uma diretriz relativamente à regionalização da rede de estabelecimentos.

ENSINO SUPLETIVO

Problemas e Diretrizes

Relativamente ao Ensino Supletivo, o Grupo sugeriu uma revisão do tópico, no documento básico, compatibilizando-o com as diretrizes para o ensino regular, e preferentemente, integrando-o nos tópicos específicos relativos ao Ensino de 19 e 29 Graus; já que, administrativamente, as duas formas de ensino — regular e supletivo — estão reunidas no mesmo órgão central de direção superior, parece oportuno que seja rompida a estanqueidade até hoje vigente, tanto na definição de políticas quanto na sua implementação.

Aparentemente, esse paralelismo de ações nos dois setores contribuiu fortemente para a "regularização" — crescente formalismo de conteúdos e métodos — gradativa que vem afetando o Ensino Supletivo, retirando-lhe a desejável flexibilidade e dinâmica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA E ESPORTE

Tal como já ocorre em outros Estados, os três Estados do Sul estão implantando, neste ano. Secretarias próprias para a área Cultural, abrangendo também a área de esportes. Preocupa que essa separação administrativa, que não ocorre no nível federal, possa gerar dificuldades do ponto de vista operacional, seja no relacionamento Estados—Governo Federal, seja no âmbito de cada Estado. Em particular, deve ser evitado que a nova organização administrativa venha a produzir o divórcio entre os campos cultural e educacional no âmbito da unidade escolar, que tem a responsabilidade de desenvolver atividades curriculares em perfeita articulação com as manifestações culturais da comunidade. Da mesma forma, na área esportiva, é necessário manter articulação perfeita entre a Educação Física curricular e a programação de competições e outras atividades de natureza coletiva.

Na área cultural, o Grupo recomendou a adoção de estratégias de ação *descentralizada e interiorizada*, de modo a criar oportunidades de consumo cultural *sistemático*, com a utilização de centros regionais de cultura, integrados às comunidades. A partir de *espaços físicos* adequados às atividades culturais, será viável o desenvolvimento e integração cultural do homem brasileiro, estimulando as iniciativas comunitárias e respeitando as características e tradições regionais, ao mesmo tempo que evitando as distorções na oferta de bens culturais, nem sempre correspondentes aos anseios da clientela.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Deve ser também explicitado que a ação integrada de diferentes órgãos governa-

mentais, de caráter assistencial, não se restringirá ao pré-escolar, mas se estenderá ao educando de todas as séries do Ensino de 1º Grau, pelo menos, e em particular à clientela do Sistema de Educação Especial.

Entendeu o Grupo que a ênfase que ganha a área do pré-escolar poderá propiciar o surgimento de uma ação global e integrada de assistência ao educando, o que, se alcançado, não deveria ficar restrito ao atendimento dessa clientela. O Sistema Educacional tem se ressentido da falta de colaboração concreta de outros setores, ficando sob sua exclusiva responsabilidade o atendimento ao educando.

4. Conclusões dos Grupos de Trabalho

— Conclusões a Nível Nacional

GERAIS

1. Participação mais expressiva do MEC, em termos relativos, no Orçamento da República.
2. Promover uma reforma tributária que permita melhor distribuição dos bens e serviços culturais.
3. Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização do salário-educação, no que se refere à arrecadação, passando ao controle dos Estados.
4. Permitir que os recursos do salário-educação sejam também aplicados, num percentual a ser determinado, na Educação Pré-Escolar.
5. Promover um grande programa de educação para a saúde.
6. Efetivar um maior entrosamento entre todas as agências envolvidas no processo ensino-aprendizagem, contemplando a iniciativa particular, os níveis municipal, estadual e federal, além da comunidade, num sentido mais amplo.
7. Integrar, num só processo, Educação, Cultura e Desportos.
8. Consolidar as leis de educação, para que haja somente um instrumento legal gerindo os diversos graus de ensino.
9. Descentralizar e interiorizar a cultura, de modo a criar oportunidades sistemáticas de consumo.
10. Criar mecanismos que possibilitem a remuneração condigna de professores e especialistas.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1. Promover uma política global de atendimento ao Pré-Escolar, envolvendo de forma integrada todos os órgãos pertencentes à área social.
2. Qualificar recursos humanos para o Pré-Escolar e atualizar e aperfeiçoar os existentes.
3. Buscar soluções inovadoras, não-convencionais, para este segmento.
4. Reavaliar e ampliar os programas nutricionais, atendidas as diversificações locais.
5. Enfatizar os programas de Pré-Escolar nas áreas marginalizadas.

6. Integrar, onde couber, os programas de Pré-Escolar com os de 1º Grau regular, com vistas à própria continuidade da filosofia da Lei n.º 5.692.
7. Estimular programas de Educação Física em forma de atividades recreacionais e de lazer, visando a detectar, antecipadamente, disfunções físicas e motoras e a própria saúde total da criança.
8. Incentivar pesquisas próprias no setor para a adequação de atitudes e técnicas bio-sócio-educacionais.
9. Embutir a mão-de-obra das áreas marginalizadas nos programas e atividades da Pré-Escola.
10. Estimular a integração de programas de Creche e Pré-Escola nas áreas marginalizadas.

ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

1. Incrementar o processo de municipalização do Ensino de 1º Grau, com a conseqüente solução dos problemas financeiros, hoje enfrentados.
2. Adotar metodologias, currículos e materiais de ensino-aprendizagem, com ênfase no livro didático, que assegurem a melhoria da qualidade do ensino, atendidas as realidades locais.
3. Adotar procedimentos que reduzam a evasão, a repetência e a distorção idade — série.
4. Fortalecer e disseminar os programas de assistência ao educando.
5. Reduzir o índice de professores leigos, com a possível utilização de métodos não-convencionais.
6. Articular de modo mais adequado a educação com os mecanismos de treinamento de mão-de-obra, visando a profissionalizar nesse grau de ensino.
7. Reforçar os métodos de alfabetização, de modo a impedir que haja elevados índices de evasão e repetência.
8. Adequar currículos, metodologias e materiais de ensino-aprendizagem às zonas rurais.
9. Reforçar mecanismos de recuperação, a fim de aperfeiçoar os atuais processos de promoção dos educandos.
10. Universalizar o Ensino de 1º Grau.

ENSINO DE SEGUNDO GRAU

1. Repensar a parte legal do Ensino de 2º Grau, compatibilizando e consolidando os diversos instrumentos hoje existentes (Lei nº 5.692 e Pareceres nºs 45 e 76).
2. Revitalizar as escolas normais (habilitações de formação de professores para as primeiras séries do Ensino de 1º Grau).
3. Preparar professores para as disciplinas especializadas.
4. Transferir para o Sistema Nacional de Mão-de-Obra a preparação dos recursos humanos para o setor produtivo, através de programas não-formais.

5. compatibilizar os objetivos de continuidade e terminalidade, buscando-se esta através de estudos complementares a serem regulamentados.
6. Fornecer recursos financeiros aos sistemas estaduais de ensino para a compra de livros, laboratórios, equipamentos e outros materiais de ensino-aprendizagem que favoreçam a implantação das habilitações básicas.
7. Realizar um amplo programa de informação ocupacional.
8. compatibilizar o Ensino de 2º Grau com o mercado de trabalho.
9. Fortalecer a integração Governo—Empresa—comunidade, a fim de que a Escola expresse uma necessidade social.
10. Realizar amplos estudos para avaliar o ensino profissionalizante, adequando-o às necessidades regionais.

ENSINO DE TERCEIRO GRAU

1. Consolidar a legislação atinente ao Ensino de 3º Grau.
2. Implantar efetivamente o Primeiro Ciclo nas Universidades brasileiras.
3. Fortalecer os mecanismos de articulação da Universidade com os sistemas estaduais de ensino.
4. Estimular a realização de pesquisas nas Universidades.
5. Reformular os currículos dos cursos de formação de professores e especialistas.
6. Reexaminar a gratuidade do Ensino Superior.
7. Disciplinar a expansão dos estabelecimentos de 3º Grau, ouvindo-se os Conselhos Estaduais de Educação.
8. Rever o sistema de classificação para ingresso no Ensino Superior.
9. Interiorizar o atendimento universitário através do sistema de campus avançado, com ênfase na área educacional.
10. Estimular a criação de cursos superiores somente nas áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social.

ENSINO SUPLETIVO

1. Estudar mecanismos de entrosamento do Ensino Supletivo com o regular.
2. Assegurar a flexibilidade do Ensino Supletivo.
3. Ampliar as oportunidades da educação de adultos.
4. Utilizar a teleeducação no Ensino Supletivo.
5. Criar novos Centros de Estudos Supletivos nas unidades da Federação, distribuindo-os de forma equilibrada.
6. Promover o emprego de tecnologias educacionais no Ensino Supletivo.
7. Valorizar a função supletiva, no que ela representa como educação permanente.
8. Incrementar a Suplência Profissionalizante.

9. Estimular o emprego de módulos de ensino e outros materiais de ensino-aprendizagem de aceleração de programas de educação de adultos.
10. Ampliar a atuação do Projeto Logos II.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. Integrar os programas de atendimento aos excepcionais.
2. Realizar um programa especial para os superdotados.
3. Preparar o excepcional para atividades profissionais, através de oficinas pedagógicas, de treinamento, etc.
4. Incentivar a criação de centros de diagnóstico e triagem.
5. Executar um Programa Nacional de Prevenção à Excepcionalidade, somando recursos das áreas de Educação e Saúde.
6. Estimular, de forma nacional, a iniciativa particular e da comunidade no setor.
7. Efetivar programas que visem a instruir e informar os pais quanto à excepcionalidade do nascimento e educação.
8. Integrar as Universidades na programação e na pesquisa de excepcionais — infra e superdotados.
9. Criar oportunidades de trabalho para os educandos excepcionais.
10. Destacar projetos especiais de assistência ao educando em forma de bolsas de trabalho e de bolsas de arte.

5. Debate em Plenário

Após a apresentação das conclusões dos trabalhos de Grupo, a níveis regional e nacional, processou-se debate em plenário para esclarecimento de dúvidas.

X. ENCERRAMENTO

Pronunciamento do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, João Guilherme de Aragão

Senhores Participantes,

É com muita alegria que encerro este Seminário, que se reveste de grande importância e prefigura resultados dos mais significativos. Os Secretários de Educação de Alagoas e Amazonas e o Presidente da Fundação Catarinense de Cultura acabam de dar depoimentos sobre o desenvolvimento dos trabalhos que muito nos sensibilizam, destacando a mudança de orientação na atuação do MEC, que não mais se propõe a ditar normas, mas procura ouvir os representantes das Unidades Federadas, acolhendo suas contribuições e experiências.

Ressalto, neste momento, a participação brasileira à Trigésima Sétima Sessão da Conferência Internacional de Desenvolvimento da Educação, que se realizará em Genebra, no período de 5 a 14 do corrente. Nessa Conferência, diretrizes propostas pelo MEC serão também objeto de debates.

Ao encerrar este Seminário, trago os agradecimentos do Ministro de Estado, Eduardo Portella, aos quais junto os meus próprios, com a certeza de que participaremos de outras jornadas, outros Seminários que darão continuidade aos trabalhos que ora iniciamos. Aos participantes, meu muito obrigado, os agradecimentos do MEC e a saudação do nosso Ministro.

1 — Metodologia

A avaliação do Seminário foi feita através da aplicação de um questionário (anexo), através do qual se levantou a opinião dos participantes quanto aos aspectos técnicos e administrativos do Seminário, bem como sobre a participação dos elementos nos diferentes grupos.

Na tabulação das informações, optou-se por considerar, somente, as fichas de avaliação preenchidas por representantes das Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e Territórios e das Superintendências Regionais. Tal opção se derivou do fato de apenas uma minoria de técnicos do MEC e CNRH ter devolvido as fichas de avaliação preenchidas.

O número de inscrições de elementos oriundos de órgãos estaduais e regionais totalizou 93, tendo sido devolvidas 60 fichas devidamente preenchidas, o que representou 64,5% da população considerada na avaliação.

O quadro abaixo apresenta o número de inscrições e clientela considerada na avaliação, segundo sua procedência.

Região	N9 Inscrições	Ficha de Avaliação	
		Nº	%
Norte	16	10	62,5
Nordeste	29	20	68,9
Sudeste	20	12	60,0
Sul	15	8	53,3
Centro-Oeste	13	10	76,9
Total	93	60	64,5

A ficha de avaliação contém, para cada resposta, uma escala de 5 a 1, em que os extremos representam uma resposta plenamente afirmativa e uma resposta totalmente negativa, respectivamente.

A tabulação das fichas de avaliação foi feita por regiões, sendo apresentada, nos quadros anexos, a média ponderada das respostas. Na apresentação das informações, a nível nacional, optou-se pela utilização da média aritmética simples, tendo em vista evitar o favorecimento de regiões que contaram com maior número de participantes.

2 — Análise das respostas

As ponderações relativas ao atingimento do objetivo geral do Seminário variaram de 3,7 a 4,1, mostrando um posicionamento bastante favorável dos participantes, no que diz respeito aos seus resultados. Quanto aos objetivos específicos, observaram-se médias ligeiramente inferiores no que diz respeito à identificação de necessidades (3,4) e proposição de diretrizes regionalizadas (3,6), e sensivelmente superiores quanto ao objetivo de se ter iniciado um processo descentralizado de planejamento (4,2).

O Documento, apresentado como instrumento de referência para o desenvolvimento dos trabalhos em grupo, obteve médias variando de 3,5 a 4,1, no que diz respeito a sua capacidade de orientar as discussões para aspectos relevantes à formulação de diretrizes gerais para a Educação e Cultura. Entretanto, considerou-se bastante prejudicadas as discussões das áreas de Cultura, Desporto e Tecnologia, que alcançaram médias de 2,7; 2,9 e 1,8 respectivamente.

Os itens referentes à possibilidade do Documento de levantar problemas e diretrizes específicas a cada região e proposições inovadoras receberam ponderações médias de 3,5, verificando-se escores mais baixos no grupo da região Sul. Tal observação é consistente com as respostas desse grupo quanto ao atingimento dos objetivos específicos relacionados à identificação de necessidades e proposição de diretrizes regionalizadas.

O roteiro proposto recebeu ponderações variando de 3,7 a 4,1, estando os mais altos escores relacionados à sua capacidade de evitar digressões sobre os temas discutidos. A sua utilidade no sentido de facilitar o delineamento das conclusões e sua compatibilização receberam escores ligeiramente inferiores, verificando-se, novamente, posições desfavoráveis no grupo da região Sul.

No que se refere à avaliação da agenda, constatou-se que a duração do Seminário foi considerada insuficiente, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dos trabalhos de grupo. As regiões Sul e Sudeste apresentaram as mais altas ponderações nesse item, o que não deixa de surpreender, uma vez que tais grupos contaram com maior número de participantes e condições físicas de trabalho prejudicadas pelo funcionamento num mesmo local, o que poderia ter retardado o andamento das discussões e o delineamento das conclusões.

A composição dos grupos, em termos de distribuição das unidades federadas, recebeu avaliações bastante satisfatórias, havendo restrições, apenas, por parte da região Norte, que sugeriu fosse incluída Rondônia na região Centro-Oeste, uma vez que seus problemas se identificam mais com aquela região. Observa-se, ainda, ter havido outra sugestão, no sentido de se formar um grupo apenas com os Territórios, tendo em vista sua problemática ser bastante diferente da dos Estados.

A participação dos elementos dos grupos foi, também, classificada como bastante satisfatória no que concerne a sua espontaneidade, eficiência e dinamismo. A criatividade, na participação dos elementos dos grupos, obteve médias mais baixas que os demais itens, pesando, nesse caso, as respostas das regiões Sul e Sudeste.

Os aspectos administrativos registraram os mais altos escores da ficha de avaliação, variando entre as médias de 4,1 e 4,9. Registrou-se, entretanto, um sensível declínio nas ponderações do grupo da região Norte, em relação ao tratamento recebido no hotel.

3 — Avaliação dos aspectos organizacionais pela comissão Central de Coordenação

A comissão Central de Coordenação sentiu como obstáculos ao bom desempenho do Seminário:

1. prazo exíguo para organização do Seminário, do que decorreu dificuldades na previsão do número aproximado de participantes e na preparação do material a ser distribuído;
2. insuficiência de pessoal de apoio, encarregado de atividades de mecanografia e reprodução;
3. falta de condução oficial que atendesse, durante todo o Seminário, ao transporte de material a ser reproduzido no prédio do MEC e a outras necessidades emergenciais;
4. inexistência de um sistema de reprografia no local do Seminário;
5. deficiência no sistema de som;
6. ausência de integração entre a assessoria de imprensa do MEC e a imprensa falada e escrita que cobriu o Seminário.

4 — Sugestões

Foram apresentadas pelos participantes as seguintes sugestões:

- convocação dos participantes, encaminhamento da agenda do Seminário e documentos para a discussão com suficiente antecedência;
- elaboração de um calendário anual de eventos;
- definição de período de duração do Seminário mais ajustado aos seus objetivos e maior disponibilidade de tempo para o desenvolvimento dos trabalhos de grupo;
- realização de Seminários com temática específica, tais como:
 - revitalização das escolas normais;
 - ensino de segundo grau;
 - avaliação;
 - alfabetização;
 - estatuto do magistério;
 - descentralização e municipalização;
- convocação de outros órgãos que atuam na área social, visando a maior integração nas ações;
- atenção nivelada para os três setores: Educação, Cultura e Desportos; e
- variação do local de realização de Seminários.

1. QUANTO AOS OBJETIVOS

Objetivos	Regiões	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Média
Obtenção de subsídios à política nacional		4,1	4,1	3,8	3,8	3,7	3,9
Identificação de necessidades regionais		3,9	3,7	3,1	3,1	3,2	3,4
Proposição de diretrizes para o planejamento nacional		3,9	3,7	3,5	3,5	3,4	3,6
Início de processo descentralizado de planejamento		4,2	4,6	3,6	4,4	4,2	4,2

72 2. QUANTO AO DOCUMENTO

Documento	Regiões	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Média
Orientou a discussão para aspectos relevantes	4,1	4,0	3,7	3,5	3,5	3,8	
Possibilitou levantamento de problemas e diretrizes	3,5	4,0	3,1	3,9	3,2	3,5	
Possibilitou proposições inovadoras	3,9	3,6	2,8	3,5	3,7	3,5	

2 A - QUANTO AO DOCUMENTO

Problemas e Diretrizes	Regiões							Média
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste			
Pré-Escolar	3,8	4,0	3,8	3,9	4,2		3,9	
Ensino de 1º Grau	4,3	4,2	4,2	4,0	4,2		4,2	
Ensino de 2º Grau	4,1	3,4	4,0	3,1	3,7		3,6	
Ensino Supletivo	3,8	3,5	3,8	2,5	3,5		3,4	
Educação Especial	3,5	3,0	3,5	2,8	3,8		3,3	
Ensino Superior	3,4	3,0	3,8	2,3	3,6		3,2	
Cultura	2,7	2,2	2,4	3,2	3,2		2,7	
Desportos	3,3	2,4	2,1	3,5	3,3		2,9	
Tecnologia	1,9	1,7	1,7	1,8	2,0		1,8	

3. QUANTO AO ROTEIRO

Roteiro	Regiões	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Média
Possibilitou evitar digressões		3,8	4,2	4,1	4,3	4,1	4,1
Facilitou delimitação das conclusões		3,9	4,1	3,5	4,0	4,0	3,9
Facilitou compatibilização das conclusões		3,8	3,8	3,5	3,8	3,6	3,7

4. QUANTO À AGENDA

Agenda	Regiões						Média
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste		
Duração do Seminário	2,1	2,6	4,1	3,2	2,5	2,9	
Carga horária trabalho de grupo	2,1	2,4	3,8	3,3	2,2	2,8	
Carga horária sessões plenárias	3,9	4,0	4,1	3,8	3,6	3,9	
Carga horária para comunicações	4,0	4,4	3,9	4,2	4,5	4,2	

5. QUANTO À COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Regiões Composição dos Grupos	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Média
Permitiu identificação de necessidades específicas	3,5	3,8	4,2	4,5	4,1	4,0
Permitiu regionalização das diretrizes	3,7	4,0	4,2	4,2	3,4	3,9

6. QUANTO AOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Aspectos Administrativos	Regiões							Média
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste			
Adequação do local ao desenvolvimento dos trabalhos de grupo	4,1	4,4	4,2	4,1	3,9			4,1
Adequação do local ao desenvolvimento das sessões plenárias	4,6	4,8	4,2	4,5	4,8			4,5
Adequação das acomodações do hotel	4,6	4,9	4,4	4,7	4,3			4,5
Tratamento dispensado pelo hotel	3,3	4,7	4,7	4,8	4,6			4,4
Tratamento dispensado pela Coordenação	4,8	5,0	5,0	5,0	4,7			4,9
Eficiência da Coordenação com relação às Comunicações	4,6	5,0	4,9	4,8	4,7			4,8
Eficiência da Coordenação com relação aos serviços de reprografia	4,4	4,3	5,0	4,5	4,5			4,6
Eficiência da Coordenação com relação ao desenv. ativ. previstas	4,5	4,6	5,0	4,8	4,7			4,7
Eficiência da Coordenação com relação à resolução de dificuldades	4,4	4,6	5,0	4,8	4,8			4,7

78 7. QUANTO À PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DO GRUPO

Participação	Regiões						Média
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Média	
Espontânea	4,5	4,6	4,5	4,5	4,7	4,6	4,6
Eficaz	4,2	4,4	4,4	4,0	4,4	4,3	4,3
Criativa	4,0	4,1	3,5	3,8	4,1	3,9	3,9
Ativa	3,9	4,4	4,3	4,3	4,5	4,3	4,3

1 - Subsídios para Política e Planejamento da Educação

2 - Participação das Unidades Federadas na Elaboração do Plano Setorial de Educação e Cultura

3 — Cooperação Técnica: Levantamento de Necessidades

4 - Ficha de Avaliação

5 - Relação **dos** Participantes

SUMÁRIO

	Pág.
Problemas Gerais da Educação e Cultura	83
Diretrizes já apresentadas pelo MEC para Educação e Cultura	83
Objetivos Gerais do Setor Educação e Cultura	84
PRÉ-ESCOLAR	
Problemas.....	85
Objetivos Gerais	85
Objetivos Específicos	86
1ºGRAU	
Problemas	87
Diretrizes já apresentadas pelo MEC.....	87
Objetivos Gerais	87
Objetivos Específicos	88
2º GRAU	
Problemas.....	89
Diretrizes já apresentadas pelo MEC.....	89
Objetivos Gerais.....	89
Objetivos Específicos	90
SUPERIOR	
Problemas	90
Diretrizes já apresentadas pelo MEC.....	92
Objetivos Gerais	92
Objetivos Específicos	92
SUPLETIVO	
Problemas	93
Objetivos Gerais	94
Objetivos Específicos	94
EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Problemas	95
Objetivos Gerais	95
Objetivos Específicos	95

1 -SUBSÍDIOS PARA A POLITICA E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Problemas Gerais da Educação e Cultura

1. Desigualdade na distribuição de renda e conseqüente marginalização cultural, educacional, econômica e social dos estratos rmais baixos da população.
2. Os padrões de crescimento demográfico tendem a conduzir crescentes contingentes de população escolarizável a busca de serviços escolares, acentuada, ainda, pelas fortes migrações internas.
3. Prevalência de condições insatisfatórias de nutrição e saúde limita o adequado desenvolvimento psicológico e cultural de amplos contingentes de população infantil, dificultando seu acesso e aproveitamento em relação aos processos convencionais de escolarização.
4. Crescimento quantitativo da população escolar sem a conseqüente elevação do nível qualitativo das ações culturais-educativas, sem a redução das disparidades regionais e sem o atendimento às necessidades reais dos diferentes grupos de população.
5. Escasso entrosamento escola-comunidade e participação reduzida dos diferentes grupos populacionais no desenvolvimento de uma educação aberta que atenda às necessidades, interesses e problemas dos alunos e da comunidade.
6. Distorções na criação, distribuição, acesso e consumo dos bens culturais, com escassa contribuição aos objetivos do desenvolvimento social.
7. Dependência tecnológica e reduzida contribuição do sistema educacional ao direcionamento da formação e à criação científica e tecnológica.
8. Ausência de uma política efetiva de formação, valorização e utilização dos professores e atendimento limitado pelo baixo nível salarial da classe.
9. Planejamento centralizado com escassa participação das bases; estrutura organizacional que limita a consecussão dos objetivos educacionais; carência de coordenação e articulação entre os diferentes órgãos que financiam a educação; escassa relação entre as prioridades definidas e os recursos alocados.
10. Inexistência de um sistema de avaliação abrangente e permanente que permita visualizar o impacto das ações implementadas e subsidiar a formulação de políticas e a tomada de decisões.

Diretrizes já Apresentadas pelo MEC para Educação e Cultura

1. Universalizar a educação fundamental, através da ampliação do acesso ao Ensino de 1º Grau, regular ou supletivo, tanto para a população de 7-14 anos como para os adolescentes e adultos subeducados.
2. Manter um ritmo de crescimento do Ensino de 2º Grau consistente com o aumen-

to de conclusões do grau anterior e diversificar as formas de atendimento, de modo a corresponder às necessidades próprias da clientela mais jovem (15-18 anos) e, oportunamente, às dos adultos.

3. Promover, ao lado de estímulos à conquista de crescente autonomia pelas Universidades, um consistente esforço para o aperfeiçoamento da educação superior, em seus diferentes níveis e modalidades, facilitando-lhe o acesso pelos diversos grupos sociais, e ajustando-a às necessidades de criação e reprodução da cultura nacional, às de formação e desenvolvimento de recursos humanos e às de afirmação do papel da Universidade na redução da dependência científica e cultural do País.

4. Fazer com que a política nacional da cultura, através dos seus mecanismos revisados ou reestruturados, esteja concretamente a serviço da produção, distribuição e consumo de bens culturais. Sempre tendo em vista que o apoio ou a cooperação estatal nunca pode desvirtuar-se em qualquer tipo de dirigismo.

5. Aperfeiçoar os instrumentos de política educativo-cultural, preliminarmente nos seguintes níveis:

- descentralização do planejamento educacional;
- implantação de regime de autarquias especiais e de outros modos de desenvolvimento organizacional permitindo operacionalizar os princípios de autonomia e democratização das estruturas universitárias;
- revisão dos mecanismos básicos do sistema de financiamento da educação, de modo a tornar mais flexíveis as transferências federais às administrações estaduais e locais de educação e cultura, e permitir compensar as disparidades regionais de capacidade financeira;
- estabelecimento de normas e dispositivos explícitos e adequados de equivalência e certificação de estudos para efeito de maior coordenação entre as modalidades educativas formais, não formais e informais ou extra-escolares, e para viabilizar a ampliação das alternativas não convencionais de ensino, formação profissional e desenvolvimento cultural;
- atualização e consolidação dos planos nacionais de cultura, educação física e desportos, de pós-graduação, de educação especial, no Plano Setorial de Desenvolvimento Educativo-cultural para 1980-1985;
- aperfeiçoamento dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação e de Cultura, para proporcionar-lhes condições mais eficazes de desempenho como órgãos superiores de assessoramento da Administração, aliviando-os dos seus excessivos encargos operacionais e administrativos.

Objetivos Gerais do Setor Educação e Cultura

1. Ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais para atender às necessidades do indivíduo e sociais dentro do princípio da educação permanente e no marco do desenvolvimento sócio-cultural e econômico.
2. Adequar a ação educativo-cultural às peculiaridades regionais e populacionais, atendendo principalmente aos grupos de baixa renda, constituídos basicamente pela população das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada.
3. Desenvolver uma ação educativo-cultural integrada para contribuir de maneira mais eficaz com as tarefas do desenvolvimento do País; e da mesma maneira, possibilitar uma adequada integração da educação formal e não formal.
4. Incentivar a participação comunitária para favorecer o desenvolvimento de uma educação aberta que atenda às necessidades, interesses e problemas dos alunos e dos diversos grupos populacionais.

5. Elevar a qualidade das ações educativo-culturais não só introduzindo mudanças significativas nos conteúdos curriculares e tecnologias educacionais para enfatizar a formação política, mas também valorizando a função docente (com uma política correlata de atendimento às necessidades econômicas, sociais, culturais e de formação do professor).
6. Estabelecer uma adequada relação educação-trabalho como forma de contribuir para a realização pessoal e social na produção de bens e serviços, ampliando o conteúdo conceitual da educação considerada tradicionalmente como mero instrumento de qualificação dos recursos humanos.
7. Fomentar e aplicar uma política cultural de base popular, respeitando a personalidade cultural dos indivíduos e grupos sociais e incentivar a criação, preservação e acesso aos bens culturais.
8. Estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa consistentes com as necessidades do País, tanto para situá-lo adequadamente nas correntes principais da evolução científica mundial como para reduzir sua dependência tecnológica.
9. Enfatizar uma programação flexível participativa e integral, articulada com o planejamento nacional e com os diferentes níveis administrativos, de maneira horizontal e vertical, e implantar, em forma progressiva, um sistema de avaliação e controle abrangente, apto a permitir o julgamento do impacto da educação e cultura no sistema sócio-econômico, a eficiência e eficácia do sistema educacional e o desempenho dos planos, programas e projetos governamentais.
10. Aperfeiçoar a estrutura administrativa dos diversos órgãos do setor para melhor atendimento aos objetivos educativo-culturais.
11. Orientar o sistema de financiamento da educação e cultura de modo a elevar sua eficiência, acompanhar o ritmo de evolução das demandas, permitir maior equidade social na aplicação e distribuição dos recursos educativos e maior mobilização de meios dos próprios grupos sociais envolvidos nas ações educativo-culturais.

PRÉ-ESCOLAR

Problemas

- Ausência de uma política global e integrada de atendimento à população infantil.
- Escassa oferta pública nos grandes centros e praticamente inexistente nas zonas rurais.
- Escassa oferta privada, concentrada nos grandes centros e inacessível à população de baixa renda.
- Predominância do enfoque preparatório para o 1º Grau.
- Escassa coordenação dos programas nutricionais, de saúde e da educação da infância.
- Predominância de programas eminentemente escolares com insuficiente ou nulo envolvimento da família e da comunidade.
- Escassez de programas compensatórios e/ou inovadores com resultados avaliados.
- Insuficiência de pessoal docente convenientemente preparado.
- Problemas de ordem quantitativa e distributiva do pessoal docente.

Objetivos Gerais

- Formular e implementar uma política global integrada para a infância, como medi-

da corretiva parcial aos efeitos das desigualdades de distribuição de renda, e preventiva enquanto se procura eliminar os fatores determinantes da pobreza absoluta.

Promover e fortalecer o envolvimento das famílias e da comunidade nos programas sócio-culturais de atendimento à infância.

Desenvolver programas de preparação do pessoal docente e técnico, alimentação escolar e programas inovadores para o atendimento a custos menores.

Objetivos Específicos

Centrar o atendimento, na fase pré-natal e dos dois primeiros anos de vida, nos aspectos de nutrição e saúde, incluindo a eliminação da precariedade ambiental.

Implementar programas de atendimento materno-infantil com envolvimento das mães e através, principalmente, de creches e escolas maternas, tendo em vista que grande número de mães são obrigadas a trabalhar fora do lar, logo após as primeiras semanas de vida da criança.

Expansão da oferta como corretora dos desníveis culturais, visando suprir as limitações do papel educativo que a família está impedida de exercer, para o atendimento da população de 2 a 6 anos.

Atender a população de 2 a 6 anos através de "centros educacionais infantis", tendo em conta as peculiaridades de cada faixa etária:

- a) a ampliação das capacidades de percepção e do acervo cognitivo e do correspondente domínio vocabular, objetivando reforçar o desenvolvimento dos padrões de raciocínio, linguagem e comunicação;
- b) o subjacente reforço das carências afetivas e de relacionamento, através de atividades lúdicas e de grupo, proporcionando melhores padrões de integração social;
- c) a expansão das experiências de convívio, através de contatos externos ao meio de origem, de modo a ampliar o seu domínio sobre os vários espaços urbanos, a sua articulação com os serviços e equipamentos da cidade e sua ambientação com as instituições mais próximas, notadamente a escola e as da comunidade.

Realizar ações preventivas, principalmente em relação às crianças de 7 anos, incluindo trabalhos com gestantes, e corretivas no sentido de atender clientela potencial bastante específicas, como menores abandonados e carentes.

Implementar programas de educação familiar, destinado às mães e jovens, atendendo aos aspectos próprios da estrutura da família e das funções endógenas atribuídas a seus membros.

Envolver os recursos humanos disponíveis nas comunidades periféricas: mães não empregadas, jovens com alguma escolaridade, artesãos e artistas, e outros.

Realizar programas de formação do pessoal docente e técnico com envolvimento das universidades, das instituições de 2º Grau e através de programas específicos de treinamento, dando ênfase ao enfoque do atendimento do pré-escolar com envolvimento das famílias e da comunidade.

complementar o atendimento sócio-educativo das crianças do pré-escolar com programas de alimentação, principalmente orientados à população carente.

Realizar experiências de novas formas de atendimento ao pré-escolar, diferentes do atendimento meramente escolar.

1º GRAU

Problemas

Atendimento não atinge a aproximadamente 25% da população dos 7 aos 14 anos.

A iniciação para o trabalho tem encontrado entraves na rigidez das exigências de capacitação.

A oferta de vagas privilegia as regiões e os grupos sociais economicamente mais desenvolvidos.

Carência de uma ação intersetorial articulada no que se refere à saúde, alimentação e higiene.

Metodologias e currículos que em geral não levam em conta a especificidade crescente da clientela a ser atendida.

Proporção ainda reduzida de alunos ingressados que chegam a graduar-se nos 8 anos requeridos.

Considerável falta de docentes qualificados e habilitados, conseqüência, principalmente, dos baixos níveis de remuneração oferecidos.

Programas de treinamento de docentes não têm sido avaliados no que diz respeito ao impacto qualitativo no desempenho dos alunos.

Normas estabelecidas para todo o País, muitas vezes, sem considerar as características e necessidades reais de cada região ou grupos sociais.

Quadro técnico-administrativo insuficientemente preparado, pesando fortemente na escolha da operacionalidade pouco flexível das fontes de financiamento.

Articulação ainda insuficiente entre as esferas federal e estadual e, em especial, entre estas e a esfera municipal.

Diretrizes já Apresentadas pelo MEC

Universalizar a educação fundamental, através da ampliação do acesso do Ensino de 1º Grau, regular ou supletivo, tanto para a população de 7-14 anos como para os adolescentes e adultos subeducados.

Oferecer atendimento sócio-cultural adequado às populações periféricas urbanas, por meio de educação funcional compensatória.

Transformar as modalidades de serviços educativos às populações do campo em apoio aos programas de desenvolvimento rural e de superação da pobreza local.

Diversificar as oportunidades de educação de adultos, visando ao seu desenvolvimento cultural e às suas condições de promoção sócio-econômica.

Objetivos Gerais

Universalizar a educação fundamental através do cumprimento gradual do preceito constitucional.

Desenvolver programas educativo-culturais especiais para o atendimento da população de baixa renda, constituída basicamente pelos grupos populacionais das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada.

Melhorar a qualidade do ensino introduzindo mudanças significativas nos conteúdos curriculares, nas tecnologias educativas e na valorização do pessoal docente.

Fortalecer a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal e melhor

aproveitamento das fontes de financiamento e utilização dos recursos adicionais não tradicionais.

Objetivos Específicos

Ampliar a oferta de matrículas, devendo o Governo Federal cooperar, técnica e financeiramente, principalmente com as unidades federadas que apresentam os menores índices de escolarização. Desenvolver ações que possibilitem uma eficiente iniciação para o trabalho, conforme preconiza a legislação em vigor, dotando as normas existentes de suficiente flexibilidade que permita o atendimento às necessidades e possibilidades regionais.

Implementar programas examinando situações específicas da clientela a ser atendida, tais como o menor abandonado, as populações das zonas rurais e da periferia urbana marginalizada, tendo a preocupação realista de oferecer ao menor uma educação básica.

Implementar uma política de redução das desigualdades educacionais e de oferta educativa, atendendo prioritariamente às populações carentes.

Promover a participação comunitária nas tarefas educacionais, de maneira articulada, para contribuir com o desenvolvimento integrado das áreas rurais e da periferia urbana marginalizada.

Contribuir na melhoria do perfil da pirâmide educacional incentivando a permanência do aluno na escola e integrando ações com saúde, alimentação e higiene e com uma maior diversificação de metodologias educacionais. Desenvolver ações nos aspectos de programação curricular buscando responder às realidades locais e considerando as necessidades, interesses e problemas dos alunos e dos diversos grupos populacionais.

Continuar com a formação e capacitação de recursos humanos não somente do pessoal docente, mas também do pessoal técnico-administrativo, dando ênfase nas inovações educacionais.

Enfatizar o desenvolvimento do ensino de comunicação e Expressão e de Ciências, como estratégia para aumentar a eficácia social e a qualidade dos planos curriculares e, assim, contribuir para a redução da repetência e evasão.

Implementar uma política de transferências financeiras para programas integrados, desenvolvidos em áreas delimitadas e para clientela bem identificadas, expressos em metas explícitas e viáveis de expansão e elevação dos padrões de qualidade da educação e de apoio ao educando, para fortalecer a descentralização criativa e a adaptação dos projetos às especiais condições regionais e locais; e, simultaneamente, consolidar e articular recursos de fontes diversas (Salário-Educação, FAS, etc.) para apoio financeiro não específico aos sistemas estaduais, especialmente aos de menor capacidade financeira, visando a equalizar socialmente os gastos em educação.

Fortalecer a integração e aproveitamento comum de recursos entre os vários estabelecimentos de uma mesma localidade, para viabilizar o estudo e desenvolvimento de seus métodos de trabalho e de organização, para contribuir com a redução dos desníveis de qualidade e recursos entre eles.

Integração dos programas de expansão e de desenvolvimento qualitativo em "regiões-programa" visando a conferir complementaridade e estimular a ordenação das "redes locais" de educação e sua coordenação em nível de microrregiões e/ou regiões de desenvolvimento.

2º GRAU

Problemas

Dificuldade de implementação de um ensino profissionalizante que cumpra o duplo objetivo de terminalidade e continuidade.

Mudanças pouco significativas na distribuição de oportunidades educacionais.

Forte aspiração dos alunos pela continuidade.

Definições pouco precisas sobre o conceito de ensino profissionalizante, motivando a coexistência de programas voltados para a educação geral, educação técnica, formação profissional e habilitações básicas.

Escassez de docentes para a implementação das habilitações profissionais.

Organização curricular pouco adequada.

Insuficiência de informações sobre mercado de trabalho, bem como a indefinição do papel social e econômico do técnico de 2º Grau.

Resultados pouco satisfatórios dos convênios para intercomplementaridade.

Carência de recursos físicos, prédios inadequados, carência de material didático e instalações pouco adequadas para as disciplinas de educação prática.

Restrições ao acesso de candidatos de menor *status* social e dificuldades de acesso às modalidades formais de ensino para trabalhadores, jovens e adultos.

Idade-série inadequada principalmente pela alta proporção de pessoas que estudam e trabalham.

Disparidade na oferta de oportunidades educacionais e fraco atendimento na zona rural e áreas marginalizadas da periferia urbana.

Diretrizes já Apresentadas pelo MEC

Manter um ritmo de crescimento do Ensino de 2º Grau, consistente com o aumento de conclusões do grau anterior, e diversificar as formas de atendimento, de modo a corresponder às necessidades próprias da clientela mais jovem (15-18 anos) e, oportunamente, às dos adultos.

Assegurar a implantação dos programas de habilitações básicas nas redes estaduais de Ensino de 2º Grau e iniciar programas de melhoria da educação geral.

Apoiar tecnicamente o aperfeiçoamento da rede de estabelecimentos particulares de Ensino de 2º Grau, de modo a facilitar-lhes a adoção dos programas de habilitação básica.

Intensificar as experiências de implantação de educação pós-secundária, a fim de criar novas oportunidades alternativas de formação técnica e profissionalizante.

Consolidar a expansão e sustentar o desenvolvimento qualitativo da rede de escolas técnicas federais, centros de educação tecnológica e apoiar as unidades de educação técnica dos Estados.

Formular critérios e mecanismos para estabelecer a equivalência e certificação de estudos.

Objetivos Gerais

Fortalecer seu caráter terminal sem descuidar do aspecto continuidade e reorientar as expectativas educacionais e ocupacionais que pressionam o ensino superior num sentido meramente credencialista.

Melhorar a qualidade do ensino considerando a expansão moderada do Ensino de 2º Grau regular, articulado com uma reestruturação das políticas de educação supletiva. Atender prioritariamente a clientela de mais baixo nível de renda.

Objetivos Específicos

Concentrar as disciplinas profissionalizantes em algum período após a conclusão da formação geral, atendendo tão-somente à clientela que manifestasse interesse em se integrar à força de trabalho.

Articular ações com o Ministério do Trabalho e outros Ministérios dos setores produtivos para fortalecer a formação profissional.

Estruturar o ensino pós-secundário não universitário, incluindo a redefinição dos cursos de tecnólogos.

Criação e fortalecimento de centros interescolares e de escolas produtivas que tenham em conta estratégias de diferenciação e hierarquização da rede de ensino.

Articulação do ensino regular de 2º Grau com a oferta de educação supletiva identificando as diferentes condições da clientela, suas necessidades, interesses e problemas.

Dar atenção prioritária a três segmentos do Ensino do 2º Grau: a educação normal, a educação para saúde e a educação agrícola.

Melhor distribuição espacial da rede física, sendo que sua expansão deve somente ser implementada quando verificada a inexistência de capacidade ociosa.

Fortalecer os programas para formação de pessoal docente no sentido de possibilitar a implementação adequada das habilitações profissionais básicas.

Implantar um sistema de orientação educacional e vocacional e realizar estudos e pesquisas sobre necessidade de recursos humanos a nível médio no mercado de trabalho.

Expandir a oferta de vagas de forma compatível com o desenvolvimento sócio-cultural e econômico das diferentes regiões do País.

Cuidar para que não se desenvolvam mecanismos seletivos que marginalizem a demanda dos mais baixos níveis de renda.

Oferecer habilitações básicas segundo as necessidades regionais e tendo em conta os problemas, necessidades e interesses da clientela.

Desenvolver, através de currículos simples e objetivos, o potencial intelectual e cultural de grupos especificamente identificados, a partir de suas próprias vivências.

SUPERIOR

Problemas

Crescente heterogeneidade estrutural entre as diferentes instituições de ensino superior, traduzida em diferenças acentuadas de capacidade docente, eficiência pedagógica e dotação de infra-estrutura (prédios, equipamentos, bibliotecas, etc.), que afetam o nível de educação e de formação profissional dos diplomados e, conseqüentemente, suas oportunidades ulteriores de emprego, mobilidade e participação social e cultural. — As Universidades — notadamente as federais — expandiram áreas tradicionalmente seletivas além da capacidade instalada e de recursos humanos disponíveis, sem definição clara de prioridades, em alguns casos dispersando esforços entre diferentes instituições; ocasionando a criação de novos cursos sem o adequado suporte docente e infra-estrutural.

- Proliferação de escolas isoladas — parte das quais com objetivos predominantemente comerciais — que, de um lado, carecem de condições mínimas para oferecer serviços educacionais de qualidade aceitável e, de outro, não recebem qualquer assistência efetiva para melhorar os padrões com que se instalaram.
- Insuficiente democratização do acesso à educação superior, de vez que grande parte dos novos grupos admitidos obtêm serviços de padrão inferior e com ônus individual relativamente mais alto do que os admitidos em instituições e cursos de padrão pedagógico mais elevado.
- Inadequação na distribuição espacial, no dimensionamento dos estabelecimentos e na variedade de cursos, agravada pela desconsideração das necessidades educacionais específicas de cada região e de suas diferentes clientela.
- Persistência dos desequilíbrios de oferta de educação superior entre as grandes regiões do País, mantendo sua insuficiência nas áreas de menor desenvolvimento.

Centralismo e rigidez dos dispositivos normativos e institucionais para a formulação de programas educativos de nível superior, limitando as possibilidades de diversificação e ajustamento das modalidades de formação e dos planos curriculares às necessidades educacionais e culturais do País, de suas regiões e de diferentes grupos de clientela.

- O escopo eminentemente profissionalizante e a concepção tecnicista dos cursos oferecidos por escolas isoladas e por grande parte dos programas de Universidades limitam as funções de educação geral e de maior domínio do conhecimento básico e de formação de atitudes e comportamentos, critérios e indagativos necessários, quer à boa formação profissional, quer ao exercício consciente da cidadania.
- Ausência de esforços eficazes para implantação do ciclo inicial de estudos básicos que permitam maior fundamentação das opções de educação avançada ou de formação profissional e mais ampla flexibilidade na composição e diversificação de currículos.
- Inconsistência entre o conteúdo e os enfoques metodológicos predominantes no ensino e na definição das linhas de pesquisa e o contexto real de problemas do País; e freqüente desarticulação entre as temáticas de formação e de pesquisa.
- Formulação dos planos curriculares sem garantia de correspondente disponibilidade de docentes capacitados para cada área ou disciplina, levando a adaptações inadequadas do elenco de disciplinas para aproveitar os professores incorporados, especialmente nas escolas superiores isoladas.
- Excessivo e freqüentemente conflitante conjunto de normas e forte concentração das estruturas decisórias, inibindo a necessária flexibilidade e atualização dos planos e programas de ensino e pesquisa e impedindo a participação mais ativa em sua formulação, por parte das comunidades docentes e discentes e de entidades civis interessadas.
- Métodos e mecanismos instáveis e pouco eficazes de interação entre as atividades de ensino e as demandas sociais e científico-culturais das regiões em que atuam as Universidades, conduzindo-as a posturas elitistas e alienadas na formação e na pesquisa e debilitando os mecanismos de ajustamento quantitativo e substantivo entre a produção acadêmica e as oportunidades de emprego e de mobilidade social.

Diretrizes já Apresentadas pelo MEC

Consolidar o subsistema universitário, enfatizando seu papel de centro gerador de cultura.

Fomentar uma integração mais efetiva entre ensino e pesquisa.

Ativar os programas de extensão.

Criar um corpo de normas claras e simplificadas.

Estabelecer maior intercâmbio entre as Universidades, e entre elas e as demais Instituições de Educação Superior.

Objetivos Gerais

Ordenar o crescimento e estimular a diversificação da oferta de Ensino Superior, de acordo com requerimentos específicos de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do País, de redução das disparidades regionais e sociais de oportunidades educativas e de atendimento aos interesses e expectativas de suas clientelas, docentes e pesquisadores.

Enfatizar, como objetivo das ações ministeriais, das Universidades e das demais instituições, a elevação dos padrões qualitativos do ensino em termos de contribuição socialmente eficaz para criação e reprodução do saber e de desenvolvimento de capacidade de crítica e de criatividade, na solução de problemas do País.

Fortalecer as funções de pesquisa e extensão para atingir uma maior contribuição do sistema de Ensino Superior à comunidade nacional.

Promover e estimular uma política de regularização do Ensino Superior com vistas ao equacionamento dos problemas de controle, distribuição e democratização especial da oferta de serviços educacionais.

Objetivos Específicos

Implantar mecanismos de controle sobre a efetivação dos projetos aprovados de criação ou expansão de estabelecimentos e cursos, garantindo o cumprimento de requisitos mínimos de incorporação de docentes, de desempenho pedagógico e de organização acadêmica.

Estimular nas Universidades a definição de áreas prioritárias de expansão e aperfeiçoamento por áreas de desenvolvimento científico-tecnológico e de formação, graduada e pós-graduada, buscando equilibrar a oferta de ensino e a concentração de linhas de pesquisa entre as instituições de diferentes regiões, de acordo com suas potencialidades e acumulação de experiências.

Promover a diversificação da oferta de ensino, tanto no referente a objetivos de educação geral e formação profissional como em termos de modalidades de cursos (curta e longa duração, seriados, modulados, à distância, etc.) e enfatizar áreas prioritárias a nível intermediário e profissional.

Ajustar o ritmo de crescimento dos recursos ao da expansão do sistema, reexaminando os critérios de distribuição dos recursos financeiros.

Conter o crescimento do ensino pós-graduado *stricto sensu* e fortalecer os centros mais promissores, estimulando-os a experimentar e desenvolver novas modalidades, inclusive as não formais de pós-graduação *lato sensu*.

Desenvolver métodos mais eficazes de articulação e harmonização dos planos curriculares do Ensino de 2º e 3º Graus a par do aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação para acesso ao Ensino Superior.

Estimular nas Universidades e escolas de maior porte a implantação efetiva e o desenvolvimento do ciclo de estudos básicos por área de conhecimento, garantindo, no entanto, a integração entre áreas e a flexibilidade para combinações curriculares interdisciplinares.

Aperfeiçoar a organização e a administração das Universidades e estabelecimentos isolados, determinando mecanismos ágeis e flexíveis, dentro dos princípios de descentralização, desconcentração de responsabilidades de participação.

Ajustar os programas a nível de pós-graduação a linhas específicas de desenvolvimento científico e tecnológico, de formação permanente de quadros docentes e técnico-administrativos e de formação profissional avançada.

Proporcionar condições institucionais e financeiras para o desenvolvimento de projetos integrados de desenvolvimento curricular e técnico-pedagógico e de aperfeiçoamento de docentes (combinando diferentes modalidades de estudos pós-graduados), com ênfase — não excludente — nas áreas consideradas prioritárias pelo plano de desenvolvimento da Instituição.

Estabelecer em Universidades projetos de iniciação científica e de intensificação de estudos, proporcionando bolsas e atenção docente específica para alunos de graduação com potencial mais desenvolvido que se destinem às carreiras técnico-científicas ou de formação profissional avançada.

Apoiar técnica e institucionalmente o desenvolvimento da organização acadêmica, fortalecendo os órgãos colegiados de direção para que exerçam responsável e eficientemente a autonomia universitária.

Estabelecer normas e estruturas mais eficazes de captação e coordenação de programas de cooperação técnica e financeira internacional, orientando-os para áreas e instituições onde se maximizem os seus benefícios e se evite a dependência ou transitoriedade de seus efeitos.

Estabelecer medidas e mecanismos de integração do Ensino Superior com as comunidades locais e setores produtivos.

Articular as tarefas de ensino às funções de pesquisa e às atividades de extensão, como mecanismo de transferência da criação do conhecimento e sua retroalimentação.

Implementar, em cooperação com o CNPq e as agências financiadoras de pesquisas, um programa de pesquisas de base que ofereça alternativas de solução aos grandes desafios nacionais.

SUPLETIVO

Problemas

Persistência de elevados índices de analfabetismo funcional, inclusive por "regressão" dos alfabetizados entre a população adulta, notadamente nas áreas rurais e nas regiões menos desenvolvidas do Norte e Nordeste.

Acumulação, nas principais áreas urbanas do País, de grandes contingentes de adultos e jovens com escolaridade inferior a primário completo, que se exige como condição para acesso a empregos ou como requisito para formação profissional.

Seletividade ao acesso ao patrimônio cultural da Nação e limitações ao pleno desenvolvimento das potencialidades produtivas, societárias e culturais pela escassez e baixa qualidade da escolaridade recebida por migrantes provenientes de zonas rurais e pequenos núcleos urbanos.

Formalismo do conteúdo e dos métodos adotados nos exames e cursos de suplên-

cia, agravado pela inadequação de organização e regime de trabalho destes cursos às possibilidades e necessidades de clientela situadas em diferentes regiões, situações ocupacionais e com diferenças de formação escolar pretérita. E absoluta escassez de pessoal especificamente capacitado para conceber e operar processos de educação de adultos.

Ausência de métodos e mecanismos de articulação entre os processos de Ensino Supletivo - nas funções de Suplência e suprimento - e de formação profissional.

Escassez de opções e falta de orientação educacional adequada para jovens e adultos que continuam ocorrendo a cursos regulares noturnos de 2º Grau e que seriam melhor atendidos em processos não formais de educação.

Imprecisão de objetivos, falta de reconhecimento e de articulação institucional das formas educativas de suprimento e de educação extra-escolar para atender necessidades específicas de clientela adulta, em áreas rurais e no setor informal urbano.

Formalização excessiva do Ensino Supletivo em detrimento de novas aberturas para educação de adultos e da flexibilidade desta modalidade de ensino.

Carência de docentes especializados, situação agravada pelos baixos salários.

Objetivos Gerais

Eliminar a situação de analfabetismo funcional e de subeducação entre os grupos de 14-19 anos e de adultos com 20 anos e mais, oferecendo-lhes novas modalidades de educação básica, a nível local e comunitário, que permitam melhorar suas condições de emprego, modos de vida e perspectivas de integração social.

Ampliar e melhorar a oferta de Ensino Supletivo para grupos jovens e adultos com escolaridade igual ou superior a primária ou quatro primeiras séries do 1º Grau.

Promover uma maior oferta de cursos de qualificação e aprendizagem atendendo a população já engajada na força de trabalho e desenvolver a função de suprimento dentro dos postulados da educação permanente.

Implementar um processo permanente de avaliação dos programas e resultados em termos da relevância e eficácia social de seu produto.

Objetivos Específicos

Desenvolver em zonas urbanas programas de educação compensatória para recuperar e acelerar a escolarização dos jovens entre 14-19 anos que não alcançaram completar as quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau.

Promover nos programas de educação rural processos específicos de educação básica para jovens trabalhadores, equivalentes ao Ensino de 1º Grau.

Articular nos planos curriculares destes programas os objetivos de educação geral básica com objetivos de formação especial voltados para a qualificação profissional, o desenvolvimento de comunidades e para o desenvolvimento cultural do grupo de clientela.

Proporcionar condições legais e administrativas adequadas para desenvolver tais programas de modo descentralizado, com ativa participação das populações-alvo.

Desformalizar a seleção e composição dos conteúdos e os métodos de avaliação, adequando-os às características sócio-culturais e aos interesses das clientela visadas.

Aumentar a oferta destas modalidades educativas em unidades mantidas pelo setor público, em função do poder aquisitivo da clientela.

Estabelecer maior articulação programática entre os diferentes níveis de administração e entre os órgãos envolvidos com educação não formal, visando a permitir maior

eficácia e descentralização aos programas.

Revisar os padrões atuais de utilização de tecnologias educativas, especialmente as de teleducação, delimitando suas funções na instrumentação dos programas de educação não formal.

Possibilitar a formação integral do trabalhador implantando uma educação de base integrada à formação profissional.

Coadunar o aumento da oferta e a diversificação dos cursos às exigências do desenvolvimento econômico e social.

Promover uma maior articulação entre os órgãos do Sistema de Formação Profissional e do Sistema de Educação.

Maximizar os resultados das pesquisas de novas tecnologias educacionais, bem como a avaliação e expansão das já operacionalizadas.

Implantar um Sistema de Avaliação do produto e do impacto social e econômico dos programas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problemas

Programas educacionais, ainda numa linha filantrópica e fraternalista.

Escassez de oportunidades educacionais, principalmente junto aos grupos populacionais de baixa renda e das zonas rurais.

Atendimento tardio aos excepcionais.

Marginalização social do excepcional no convívio social.

Carência quantitativa e qualitativa de pessoal preparado para o atendimento à clientela.

Inadequação e insuficiência de instalações físicas acrescidas da falta de apoio administrativo.

Carência de Serviços de identificação e diagnóstico.

Objetivos Gerais

Expansão e diversificação do atendimento, buscando melhorar a oferta com atendimento a um maior número de tipos de excepcionalidade.

Promover e enfatizar a integração do excepcional e a participação da comunidade no atendimento da população excepcional.

Objetivos Específicos

Integrar o maior número possível de excepcionais ao sistema regular de ensino.

Implantar serviços de diagnóstico que permitam a identificação, o mais cedo possível, dos alunos portadores de distúrbios no desenvolvimento psicomotor, principalmente na clientela de pré-escolares.

Apoiar técnica e financeiramente as instituições especializadas, de forma a beneficiar categorias de excepcionais não integráveis ao sistema regular.

Melhorar o quadro técnico-docente e a distribuição espacial, principalmente nas atividades de estimulação precoce, identificação, diagnóstico e formação profissional.

Propiciar uma continuação de atendimento compatível com as aptidões e capacidades individuais até o ensino profissionalizante. Elevar os padrões qualitativos de atendimento, tanto no sistema regular como nas instituições especializadas.

Incentivar uma maior participação da comunidade e da família do excepcional, minimizando desta forma os problemas de integração deste no ambiente social.

2 - A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES FEDERADAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (III PSEC)

O reconhecimento de que cabe à administração das unidades federadas participação efetiva na definição das ações consideradas de competência do Governo Federal se constitui em um dos fatores que fundamentaram a decisão de realizar o Seminário sobre Política e Planejamento da Educação e Cultura.

Entretanto, este passo deve ser entendido como inicial, dentro do processo de descentralização da administração no sentido global e do planejamento no sentido específico.

Ao discutir e propor as diretrizes gerais e as áreas que deverão ser consideradas prioritárias nas ações educativas, culturais e desportivas, em âmbito nacional, regional ou local, o processo participativo proposto tem início em toda a sua inteireza.

Em termos de resultados esperados do Seminário em realização, é necessário explicitar que os subsídios que serão formulados se constituirão em ponto de referência para a formulação do III PSEC.

No que se refere à continuidade do processo de elaboração do Plano Setorial cabe destaque a dois aspectos.

Em primeiro lugar, a sistemática de planejamento adotada pelo Ministério mereceu profunda investigação e análise que permitiram a elaboração de proposta de revisão, comunicada aos participantes, em suas linhas gerais, no início do Seminário.

Em segundo lugar, considerando-se que o III PSEC deverá conter:

- a) descrição da realidade atual de nossa sociedade, em termos internos e externos;
- b) definição do papel da educação, da cultura e dos desportos no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- c) definição dos objetivos a serem alcançados na área de competência do Ministério;
- d) definição e caracterização das prioridades e estratégias a serem observadas; e
- e) previsão dos recursos a serem aplicados direta ou indiretamente pelo Governo Federal.

Afigura-se como passo seguinte, em relação ao Seminário, a necessidade de investigação mais profunda sobre a problemática regional e local, bem como sobre as alternativas de solução pertinentes.

Assim entendendo, o III PSEC, em consonância com os aspectos gerais a serem referidos no III PND, se constituirá em um elenco de soluções, devidamente justificadas, para os desafios aceitos a nível nacional, regional ou local.

Neste sentido, as ações imediatamente subseqüentes estarão a encargo das unidades federadas, através de seus órgãos específicos, constituindo-se na elaboração de subsídios e na formulação de proposições que sirvam de suporte a uma análise conjunta da realidade regional e das soluções adequadas, bem como ao desenvolvimento dos

tópicos propostos para o III PSEC.

Considerando a existência de etapas subseqüentes na elaboração do III PSEC e que o mesmo deverá estar concluído e aprovado ainda neste exercício, torna-se imprescindível que os subsídios e as proposições referidas no parágrafo anterior sejam encaminhados à Secretaria-Geral do MEC até o dia 3 de agosto de 1979.

De conformidade com a diretriz de regionalização já estabelecida e que deverá ser observada na elaboração do Plano Setorial, serão realizados encontros regionais entre o MEC e os Órgãos correspondentes das unidades federadas, obedecendo ao seguinte esquema:

Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Local do encontro: Goiânia Período: 20 a 23 de agosto

Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima Local do encontro: Manaus Período: 27 a 31 de agosto

Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina Local do encontro: Florianópolis Período: 10 a 13 de setembro

Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo Local do encontro: Vitória Período: 17 a 20 de agosto

Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Fernando de Noronha, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe Local do encontro: Natal Período: 24 a 28 de setembro

3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA: LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES

Realizou-se, durante o Seminário, reunião com os Chefes e assessores das unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Cultura das Unidades Federadas para identificação das necessidades de cooperação técnica na elaboração, implementação e avaliação de seus planos de educação e cultura.

De acordo com depoimentos de representantes das unidades federadas, estas encontram-se, em 1979, em fase de elaboração de seus Planos de Educação e Cultura, excetuando-se o Amapá, Rio Grande do Sul e Ceará, cujos Planos têm vigência até 1981 (Amapá e Rio Grande do Sul) e 1983 (Ceará).

Os resultados da identificação destas necessidades de cooperação técnica, na área de planejamento educacional, são apresentados a seguir, no quadro "Necessidades e Interesse de Cooperação Técnica MEC/UF".

4 - FICHA DE AVALIAÇÃO

LOCAL DE TRABALHO DO PARTICIPANTE

Secretaria de Educação e Cultura

Superintendência

MEC/CNRH

PROCEDÊNCIA DO PARTICIPANTE

Região: Norte

Nordeste

Sudeste

Sul

Centro-Oeste

A finalidade desta ficha é o aprimoramento do nosso trabalho. Procure responder com franqueza às questões que se seguem. Não há necessidade de assinar.

Considerando uma escala de 5 a 1, em que os extremos representam uma resposta plenamente afirmativa e uma resposta totalmente negativa, você pode posicionar o X que representa sua resposta em qualquer nível desta escala.

QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS DO SEMINÁRIO

1. EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS

Na sua opinião, os objetivos abaixo discriminados foram alcançados^o

1.1 -Geral: Obter subsídios à proposição de uma política nacional da educação e cultura para o período 1980-1985.

1.2 — Específicos:

1.2.1 - Identificar as necessidades específicas de cada região e unidade federada na área da educação e cultura.

1.2.2 — Propor diretrizes para o planejamento nacional da educação e cultura considerando as peculiaridades regionais.

1.2.3 — Iniciar um processo descentralizado de planejamento da educação e cultura.

SIM		NÃO		
5	4	3	2	1
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

2. EM RELAÇÃO AO DOCUMENTO

2.1 — O documento "Subsídios para a Política e Planejamento da Educação", sugerido como instrumento de referência para desenvolvimento dos trabalhos em grupo, na sua opinião:

2.1.1 — Orientou a discussão para os aspectos mais relevantes à formulação de "diretrizes gerais para a educação e cultura"^o

2.1.2 — Permitiu fossem discutidos problemas e diretrizes referentes aos diferentes níveis de ensino e áreas de atuação do MEC^o

Pré-Escolar

1º Grau

2º Grau

Supletivo

Educação Especial

Superior

Cultura

Desporto

Tecnologia

2.1.3— Possibilitou fossem levantados problemas e diretrizes específicas de cada unidade federada ou região^o

2.1.4- Possibilitou o surgimento de proposições inovadoras em torno dos temas discutidos^o

SIM				NÃO
5	4	3	2	1

--	--	--	--	--

--	--	--	--	--

3. EM RELAÇÃO AO ROTEIRO

3.1 — O roteiro proposto serviu à orientação do grupo no sentido de:

3.1.1 — Evitar digressões sobre os temas discutidos^o

3.1.2— Facilitar o delineamento das conclusões^o

3.1.3 — Facilitar a compatibilização das conclusões dos diferentes grupos^o

4. EM RELAÇÃO A AGENDA

4.1 - A duração do Seminário foi suficiente para o alcance dos objetivos^o

SIM				NÃO	
5	4	3	2	1	

4.2 — A distribuição da carga horária por atividade foi suficiente^o

4.1.1 - Trabalhos de grupo

4.1.2 - Sessões plenárias

4.1.3 - comunicações

5. EM RELAÇÃO A COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

5.1 - A distribuição das unidades federadas por grupo permitiu:

5.1.1 — A identificação das necessidades específicas a cada unidade federada^o

5.1.2— A regionalização das diretrizes relacionadas à política da educação e cultura^o

B- QUANTO AOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

1.0 local físico para o desenvolvimento dos trabalhos foi satisfatório com relação a:

1.1 — Trabalhos de grupo

1.2 - Sessões plenárias

2. As acomodações oferecidas foram satisfatórias?

3. O tratamento dispensado aos participantes foi cordial:

--	--	--	--	--	--

3.1 — Em relação ao hotel

3.2 — Em relação à coordenação do Seminário

4. A coordenação do Seminário foi eficiente no que se refere:

4.1 - A comunicações

4.2 — A reprografia e distribuição de materiais

4.3 — Ao desenvolvimento das atividades previstas na agenda

4.4 - Resolução de dificuldades surgidas

C- QUANTO A PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DO GRUPO

1. Na sua opinião a participação dos membros do grupo foi:

1.1 — Espontânea

1.2- Eficaz

1.3 - Criativa

1.4 - Ativa

SIM			NÃO	
5	4	3	2	1

D - REGISTRE SUGESTÕES QUE VOCÊ CONSIDERA ÚTEIS PARA O PLANEJAMENTO DE OUTROS SEMINARIOS

5- RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

ACRE

IRIS CÉLIA CABANELLAS - Secretária de Educação
RAIMUNDA COELHO DE CARVALHO - Diretora do Departamento de Ensino de
2º Grau
Secretaria de Educação e Cultura

ALAGOAS

JOSÉ MEDEIROS — Secretário de Educação e Cultura
MARIA CÉLIA DA SILVA - Diretora do Departamento de Ensino
Secretaria de Educação e Cultura
MARIA DO ROSÁRIO FLORÊNCIO - Assessora de Programação Educacional
Secretaria de Educação e Cultura

AMAPÁ

ALFREDO AUGUSTO RAMALHO DE OLIVEIRA -Secretário de Educação e Cultura
CARLOS NILSON DA COSTA - Coordenador de Ensino Secretaria de Educação e
Cultura
SILVIO SOBRINHO SOARES CASTILLO - Diretor do Núcleo Setorial de Plane-
jamento — Secretaria de Educação e Cultura

AMAZONAS

ALDO GOMES DA COSTA - Secretário de Educação e Cultura

BAHIA

EDSON WALTER QUADROS - Coordenador de Estatística da ASPLAN
Secretaria de Educação e Cultura
CARLOS GERALDO D'ANDREA ESPENHEIRA - Secretário-Geral Adjunto
SEPLANTEC/CEPLAB
LUCI VAL JOSÉ SIQUEIRA COSTA - Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura

CEARÁ

ANTONIO DE ALBUQUERQUE SOUSA FILHO - Secretário de Educação
MÁRIA LIDUINA CORRÊA LEITE - Coordenadora da Assessoria de Planejamento
Secretaria de Educação

BRASÍLIA/DF

CLÉLIA DE FREITAS CAPANEMA - Assessora Especial
Secretaria de Educação e Cultura
GILDO WILLADINO - Diretor do Departamento de Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura
STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS - Diretora do Departamento
Geral de Pedagogia — Fundação Educacional do Distrito Federal

ESPIRITO SANTO

ALDA LUZIA PESSOTI - Assessora de Planejamento
Secretaria de Estado da Educação
ANA MARIA PETRONETTO - Assistente Social - Assessora Técnica
Secretaria de Educação e Cultura e do Bem-Estar Social
ANNA MARIA MARRÊCO MACHADO - Assessora de Planejamento
Secretaria de Estado da Educação
CLOVIS DE BARROS - Secretário de Cultura e do Bem-Estar Social
IZANUZES MARIA DE BAPTISTA - Assessora Técnica
Secretaria da Cultura e do Bem-Estar Social
JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL - Assessor de Planejamento
Secretaria da Cultura e do Bem-Estar Social
MARCOS VENÍCIUS BRANDÃO - Técnico em Planejamento
Secretaria de Estado da Educação
ROGÉRIA MARIA DE BAPTISTA - Chefe de Gabinete
Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social
STELIO DIAS - Secretário
Secretaria de Estado da Educação

FERNANDO DE NORONHA

WILSON VILAS BOAS - Secretário de Educação
Departamento de Educação e Cultura

GOIÁS

DELSON LEONE - Secretário de Educação e Cultura
MÁRIA DE ALMEIDA MENDES - Especialista em Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura
MÁRIA DOCITÍLIA UMBELINO DI SOUZA - Coordenadora de Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura
MOZART BARBOSA FILHO - Assessor
Secretaria da Educação e Cultura

MARANHÃO

JOSÉ RIBAMAR PINHEIRO FRANCO - Diretor da Unidade Setorial de Planejamento — Secretaria de Educação
MARIA JOSÉ DAS MERCÊS FARIAS - Assessora
Secretaria de Educação
RAIMUNDO MEDEIROS LOBATO - Secretário de Educação

MATO GROSSO

ANA LUIZA DE FIGUEIREDO - Assessora de Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura
MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS - Secretário de Educação e Cultura
ROSE MARIE COSTA DE ANDRADE SODRÉ - Técnica em Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura

MATO GROSSO DO SUL

ANA LÚCIA NUNES DA CUNHA - Técnica da Coordenadoria de Ensino
Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Fundação de Educação
MARIA MADALENA DE SOUZA RODRIGUES - Técnica da Coordenadoria de Vida e Rede Escolar - Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos/F E

MINAS GERAIS

ANTONIO MARCOS NORONHA - Diretor da Superintendência Educacional
Secretaria de Educação
GILBERTO ALVES DA SILVA DOLABELA FILHO - Assessor
Coordenadoria de Cultura do Estado
LUIS MÁRCIO RIBEIRO VIANNA - Assessor-Chefe de Planejamento
Secretaria de Estado da Educação
PAULINO CICERO DE VASCÓNCELLOS - Secretário de Educação
PAULO CAMPOS GUIMARÃES - Coordenador de Cultura
Coordenadoria de Cultura

PARÁ

DIONISIO JOÃO HAGE - Secretário de Educação
HELIANA BRITO FRANCO - Coordenadora da Assessoria Técnica
Secretaria de Estado da Cultura, Desportos e Turismo

*

MARIA DULCELINDA DA SILVA CUNHA - Diretora de Planejamento
Secretaria de Estado da Educação
MARIA GEORGINA SERRANO ALBERT - Diretora da Central de Implementação
Secretaria de Educação
OLAVO LYRA MAIA - Secretário de Estado
Secretaria de Estado da Cultura. Desportos e Turismo

PARAÍBA

ANA MARIA CORDULA - Coordenadora da O. S. de Planejamento
Secretaria de Educação e Cultura

GISELDA NAVARRO DUTRA - Secretária de Educação e Cultura
VANISE RODRIGUES D'AVILA LINS - Diretora da Diretoria Adjunta do 1º Grau
Secretaria de Educação

PARANÁ

EDSON MACHADO DE SOUSA - Secretário de Educação
FERNANDO P. VELOSO - Coordenador do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte
JOSÉ MATTEUSSI - Chefe de Planejamento
Secretaria de Educação
ROBERTA MARIA NELO BRAGA - Coordenadora da Assessoria Técnica
Secretaria de Educação

PERNAMBUCO

ABÉRIDES ALVES DE AZEVEDO - Diretor de Coordenação
Secretaria de Educação
GERUSA GOMES DE BARROS E SILVA - Diretora de Diretoria
Secretaria de Educação
JOEL DE HOLANDA CORDEIRO - Secretário de Educação

PIAUI

ANTONIO ADALA CARNID - Secretário Substituto
Secretaria de Educação
RITA VAZ DA COSTA - Assessora de Planejamento
Secretaria de Educação
YEDA PEREIRA RUBIM SILVA - Chefe da Assessoria de Planejamento
Secretaria de Educação
WILSON DE ANDRADE BRANDÃO - Secretário de Cultura

RIO DE JANEIRO

ALUIZIO PEIXOTO BOYNARD - Assessor da Subsecretária
SEEC
ARNALDO NISKIER - Secretário de Educação e Cultura
MARIA THEREZA LEITÃO DE CARVALHO SOMBRA DE ALBUQUERQUE
— Coordenadora das Atividades Regionais de Educação e Cultura
Subsecretária da Secretaria de Educação e Cultura

RIO GRANDE DO NORTE

ARNALDO ARSÊNIO DE AZEVEDO - Secretário de Educação

MARIA ARISNEIDE DE MORAIS - Técnica em Programação
Unidade Setorial de Planejamento — SEC

RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ DIFINI NETO - Supervisor Técnico
Secretaria de Educação
LAURO PEREIRA GUIMARÃES - Secretário de Cultura, Desporto e Turismo
RICARDO LEÔNIDAS RIBAS - Secretário de Educação
THEREZINHA MARLY QUEIROZ FLORES - Coordenadora de Planejamento
Secretaria de Educação
WANDA BRACHER ROCHA - Assessora Técnica
Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo
ZAIDA MACHADO NOSCHANG - Assessora Técnica
Secretaria de Educação

RONDÔNIA

ELÓI CHAVES DA SILVA - Secretário de Educação e Cultura (Substituto)

RORAIMA

JAÚL PIRES DE CASTRO SOBRINHO - Secretário de Educação e Cultura
MARIA ANTONIA DE MELO CABRAL - Assessora de Planejamento Assessoria
de Planejamento — Secretaria de Educação e Cultura

SANTA CATARINA

ANTERO NERCOLINI - Secretário de Educação
JOÃO NICOLAU CARVALHO - Presidente da Fundação Catarinense de Cultura
LAURO ZIMMER - Superintendente da Fundação Educacional de Santa Catarina
URSULA HERTA MULBERT - Diretora da Unidade de Planejamento Secretaria de
Educação

SÃO PAULO

ELOYSIO RODRIGUES DA SILVA - Dirigente da Assessoria de Planejamento
Secretaria de Educação
MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Coordenadora de Estudos e Normas
Pedagógicas — Secretaria de Estado da Educação
MÁRIO CHAMIE (Representante do Secretário) — Assessor Técnico
Secretaria da Cultura

SERGIPE

ANDRÉ MESQUITA MEDEIROS - Chefe da Assessoria Setorial de Planejamento
Secretaria da Educação e Cultura

ANTONIO CARLOS VALADARES - Secretário de Educação e Cultura
ANTÔNIO FONTES FREITAS - Diretor-Geral de Educação Secretaria de
Estado da Educação e Cultura

SUPERINTENDÊNCIAS

SUDECO

ELENICE LIMA - Gerente de Projeto

SUDAM

MARIA DAS MERCÊS BARBOSA - Técnica em Assuntos Educacionais
OLEGARIO PEREIRA REIS - Coordenador de Planejamento Regional

SUDENE

HELENA MARCIA RABELLO BRASILEIRO - Assist. Téc. Capac. R. Humanos VALTER
DE CARVALHO - Diretor do DRH

SUDESUL

WASHINGTON BERMÚDEZ - Chefe Escritório SUDESUL em Brasília

ÓRGÃOS DO MEC

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP

CARLOS AVANCI NI FILHO - Assessor do Diretor
JADER DE MEDEIROS BRITO - Chefe da Seção de Produção de Pesquisa
LETICIA MARIA SANTOS DE FARIA - Diretora-Geral

Secretaria de Apoio

ALYSSON DAROWISH MITRAUD - Secretário de Apoio
DALMO MARCELO DE ALBUQUERQUE LIMA - Assessor
HAMILTON M. SILVEIRA-Subsecretário

Departamento de Assistência ao Estudante — DAE

MARCO ANTÔNIO CAVALCANTI DA ROCHA - Assessor MARIA DAS
GRAÇAS VILELA IBAÑEZ - Chefe Assessoria Técnica VALQUIRIA
MARTINS SANTOS - Assessora

Secretaria de Assuntos Culturais — SEAC

ÂNGELA MARIA DIAS DE BRITO GOMES - Coordenadora de Assuntos Literários
MARIA ALICE S. DE CASTRO - Coordenadora de Assuntos Artísticos MOEMA DE
JESUS FACURE NEVES - Assessora VICENTE JUARIMBU SALLES - Representante
em Brasília

Secretaria de Educação Física e Desportos - SEED

CÉSAR AUGUSTO GONÇALVES - Coordenador de Planejamento, Avaliação e Controle

CEL. OTÁVIO TEIXEIRA - Subsecretário de Planejamento

MARCELO DE MELO ANDRADE - Subsecretário de Educação Física

PERY ISMAEL MACIEL - Secretário Auxiliar

Secretaria-Geral - SEG

ANTONIO SANTIAGO CANTUÁRIA - Técnico de Planejamento

ÂNGELA MARIA DA SILVA E SOUZA - Assessora Técnica

ANTENOR MANOEL NASPOLINI - Secretário de Planejamento

CONCEIÇÃO MARIA DA CUNHA - Consultora MEC/BIRD

EDIL VASCONCELLOS DE PAIVA - Assessora Técnica

ELIANA RAMOS BARBOSA - Assessora Técnica

IARA M. ALMEIDA MARQUES - Técnica de Planejamento

JANETE TAVARES CÔRE - Assessora Técnica

JOSÉ NICOLAU DE SOUSA - Consultor MEC/BIRD - Educação Rural

LÚCIA DANTAS DE SÁ E BENEVIDES - Assessora Técnica

LUIZA MASSAE UEMA - Assessora Técnica

LYGIA SOUTO DE AZAMBUJA - Assessora Técnica

MARIA CÂNDIDA MORAES DE ALBUQUERQUE LIMA - Consultora MEC/BIRD

MARIA CLEUSA DE ALMEIDA GUERRA - Assessora Técnica

MARIA DE JESUS C. R. PEREIRA - Técnica de Planejamento

MARIA LUTGARDA MATA MAROTO - Assessora Técnica

MARILIA MIRANDA - Consultora MEC/BIRD

MARTHA MARIA L. P. BARBOSA - Assessora Administrativa

RUBEM BARRETO RIBEIRO - Subsecretário de Orçamento e Finanças

RUTH HELENA MALLÉN MACHADO DE SOUZA - Assessora Técnica

WILSON GUIMARÃES RAMALHO - Assessor Administrativo

Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus — SEPS

CARLOS ALBERTO TAVARES - Consultor MEC/BIRD - Formação Profissional

HETTY LORETTI ROSSI - Coordenadora de Ensino de 1º Grau - SEPS

ILMA PASSOS ALENCASTRO VEIGA - Responsável pela Subsecretaria de Ensino Regular

JOSÉ AMARAL SOBRINHO - Subsecretário de Planejamento

MÁRCIA ABIGAIL CARNEIRO DIAS - Secretária Substituta

NÉLIDA RENÉ GOMES WILLADINO - Coordenadora de Assistência Técnica

OSCAR LAMOUNIER GODOFREDO JUNIOR - Diretor-Geral/COAGRI

PEDRO CARAN ZUQUIM - Diretor-Superintendente/CENAFOR

OUTROS ÓRGÃOS

CNRH/IPEA

ANTÔNIO EMÍLIO SENDIM MARQUES - Técnico de Planejamento e Pesquisa
DIVA DE MOURA DINIZ COSTA - Técnica de Planejamento e Pesquisa
DIVONZIR ARTHUR GUSSO - Coordenador do Setor Educação
ENI MARIA MONTEIRO BARBOSA - Técnica de Pesquisa e Planejamento
MARIA CLARICE FONSECA - Técnica de Planejamento
THEREZINHA DE JESUS COSTA VINHAES - Técnica de Planejamento e Pesquisa

OEA

BENNO SANDER - Representante no Brasil

UNESCO

GUSTAVO LÓPEZ OSPÍNA - Representante no Brasil
JUAN CHONG — Perito em Planejamento Educacional

PNUD

SAMUEL LEVI — Diretor Internacional do Projeto de Recursos Humanos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)